Revista da

ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XXIII nº 93 • Maio - Setembro 2016

Educação:

dever do Estado, direito do cidadão a serviço do país

Conheça o projeto da ADB para criação do auxílio-educação no exterior

- **ADB negocia reposição inflacionária com Planejamento** (Pg 8)
- **Embaixador Sérgio Duarte fala sobre desarmamento e sua carreira na ONU** (Pg 24)

Convênios da ADB

A ADB possui convênios que garantem descontos em diversos serviços. Para sugestões de novas parcerias, valores e maiores informações, acesse

www.adb.org.br/convenios

Educação

- British School of Brasilia
- Colégio Seriös
- Escola das Nações
- Escola Internacional Brasil-Suiça

Aluguel de veículos

- Sinal Aluguel de Veículos
- Hertz Locação Inteligente
- Via Rent a Car
- Karper Rent a Car

Óticas

- Ótica e relojoaria Romário Veras
- Ótica Audrey Brants

Advocacia e despachante

- Escritório David & Pons Associados
- Escritório Simões de Lara Associados
- Despachante Casa do Barão

Saúde e estética

- Academia Companhia Athletica
- Spaço Uni Fitness & Pilates
- Oftalmed Núcleo de Diagnose e Microcirurgia Ocular
- Clínica de Estética SS Capelli
- IES Odontologia
- Clínica Villas Boas
- Instituto de Cirurgia Ocular de Brasília
- Clínica Odontológica Márcia Santiago Martins
- Laboratório Brasiliense de Análise e Pesquisa
- Laboratório Pasteur

Hotéis

- Araras Hotel Fazenda (Formosa – GO)
- Clube de Turismo Bancorbras
- Rede Golden Tulip/BHG de Hotéis
- San Marco Hotel
- Hotel Nacional
- Pouso do Frade (Pirenópolis – GO)
- Pouso do Sô Vigário (Pirenópolis – GO)

Restaurantes

- Llezzore Restaurante

EXPEDIENTE

ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XXIII – nº 93
Edição Maio-Setembro de 2016
ISSN 0104–8503

CONSELHO EDITORIAL
Embaixadora Vitória Alice Cleaver
Embaixador Ronaldo Costa Filho
Secretária Marcela Campos de Almeida

TEXTOS
Embaixador Rubens Ricupero
Embaixadora Vitória Alice Cleaver
Embaixador Sergio Duarte
Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Secretário Carlos Augusto Rollemberg de Resende
Secretário Diego Cunha Kullman
Secretário Fernando A. Wanderley Cavalcanti Junior
Secretária Marcela Campos de Almeida

ILUSTRAÇÃO CAPA
Conselheiro Flávio M. M. Spaha

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Ronaldo de Moura

EDIÇÃO
Secretária Marcela Campos de Almeida
Ronaldo de Moura

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Wagner Ulisses

DIAGRAMAÇÂO
Wagner Ulisses
Fraklin Campelo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Gestão Criativa – Soluções
de Comunicação Integrada

IMPRESSÃO
Coronário

TIRAGEM
3.000

SUMÁRIO

4 **EDITORIAL**

5 **GESTÃO EM FOCO**

NEGOCIAÇÕES EM CURSO
8 Votação revela apoio integral da categoria ao reajuste de 27,9%

AÇÕES JUDICIAIS
9 ADB garante 13º e adicional de férias aos associados no exterior

OPINIÃO
10 O dever da proximidade

PROJETO *e-MEMO*
12 Itamaraty entra na era dos *paperless offices*

PELO MUNDO
14 Quai D'Orsay: um passeio pelo serviço exterior francês

RF REGULAMENTADA
18 Nova lei garante residência oficial no exterior

CAPA
20 ADB apresenta proposta para criar auxílio-educação no exterior

24 **ENTREVISTA**
Embaixador Sérgio Duarte fala sobre desarmamento nuclear

29 **ESPAÇO DA FAMÍLIA**
AFSI lança fórum para troca de informações sobre vida no exterior

30 **MEMÓRIA**
Embaixador Rubens Ricupero homenageia o colega João Hermes

33 **PRATA DA CASA**

36 **BRASIL NO MUNDO**
Como são escolhidos e o que fazem os cônsules honorários

38 **HUMOR**
Correspondência do Embaixador Carlos Celso de Ouro Preto

Boas novas para os diplomatas

Diversas novas iniciativas da ADB tornaram-se possíveis no segundo quadrimestre, após a revisão no valor das contribuições da Associação, autorizada pela assembleia geral extraordinária de 28 de julho. Contamos, agora, com uma nova assessoria jurídica, especializada na criação de sindicatos e uma assessoria parlamentar, que acompanhará os temas de interesses dos diplomatas no Congresso Nacional.

A ADB pôde igualmente contratar um profissional adicional para a secretaria e alugar uma pequena sala fora do MRE, em função da exigência legal para a criação de sindicato. Fechamos contrato também com empresa de relações públicas para reformular o sítio da Associação. Além disso, o novo patamar de contribuições tornará possível a acumulação de recursos necessários à cobertura dos custos dos honorários de sucumbência, se formos derrotados na ação judicial que contesta o corte no 13º salário dos diplomatas em serviço no exterior (vide parecer da assessoria jurídica na página 9).

O quadrimestre também foi marcado pelas marchas e contramarchas das gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, ao Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão (MPOG) e às autoridades do Ministério das Relações. Os diplomatas foram amplamente favoráveis ao reajuste de 27,9% em três anos, proposto pelo MPOG, com previsão da continuidade das negociações sobre reenquadramento remuneratório.

A consulta que a ADB realizou sobre esse assunto foi motivada não só pela percepção da diretoria de que a posição dos diplomatas diferia daquela adotada pelo Sinditamaraty, que recusou por diversas vezes a oferta do MPOG, mas também para respaldar a continuidade das conversações entre a Associação e o governo. No total, 889 diplomatas manifestaram-se favoravelmente à proposta de 27,9% em três anos, contra apenas seis votos contrários.

Duas antigas demandas do Serviço Exterior Brasileiro (SEB) alcançaram avanços notáveis nesse quadrimestre: o auxílio-moradia, que recebeu base legal e está agora garantido a todos os servidores com a publicação da Lei 13.328, de 29 de julho de 2016; e o auxílio-educação, cuja proposta foi finalizada pelo GT Educação, criado no âmbito da ADB. Na seção Matéria de capa, os leitores poderão se informar sobre como outras chancelarias garantem esse direito a seus funcionários e qual seria o impacto orçamentário da nossa proposta. Ainda na área de educação, firmamos convênios com escolas estrangeiras em Brasília com vistas a reduzir os custos da educação dos filhos dos servidores do MRE.

Mereceu registro na seção Espaço da família, a iniciativa da AFSI de lançar um fórum de troca de informações sobre a vida no exterior para criar uma rede de apoio e informação entre diplomatas e seus familiares. Esse canal terá dados atualizados e úteis que facilitam não só a escolha do posto, mas também a adaptação após a mudança para o exterior. Dando continuidade ao diálogo com representantes de embaixadas sediadas em Brasília, a Revista da ADB entrevistou colegas franceses sobre aspectos relativos à organização de sua chancelaria.

Nós também entrevistamos o Embaixador aposentado Sergio Duarte, que faz um balanço de sua carreira na área de desarmamento e não proliferação nuclear, analisa a situação dos acordos internacionais na área e as perspectivas para o desarmamento nuclear no futuro. O Embaixador aposentado Rubens Ricupero nos fala, ainda, sobre a extraordinária contribuição à diplomacia brasileira do Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, falecido em junho de 2016.

Conheçam também o trabalho bem sucedido do Consulado Honorário do Brasil para Santander, Arauca e Casanare, na Colômbia, e divirta-se com a correspondência de 1946 e 1947 do Embaixador Carlos Celso de Ouro Preto, da Embaixada em Santiago, na seção Humor.

Boa Leitura!

Embaixadora Vitória Alice Cleaver
Presidente da ADB

Assembleia aprova aumento na contribuição de associados da ADB

A assembleia geral extraordinária da ADB aprovou, em 28 de julho, um pequeno aumento na contribuição dos associados devido ao aumento dos custos decorrentes da mudança de perfil da associação. Com isso, o patamar inicial das contribuições no Brasil passa de R$ 20,00 para R$ 60 (TS) e o teto vai para R$ 80 (MPC). Ainda está sendo calculado o patamar com base na média salarial de cada classe no exterior.

A definição do critério foi precedida de pesquisa com dirigentes de outras entidades de classe que compõem o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a ADB é parte. Decidiu-se então por 0,4% do subsídio-base de cada classe, de modo a tornar o mais isonômico e transparente possível o tratamento. Esse critério foi aprovado na assembleia geral, no início do ano, que propôs os novos estatutos da ADB e da ADB Sindical.

No segundo semestre de 2016, a ADB contratou nova assessoria jurídica especializada em direito sindical, assessoria parlamentar, assessoria de comunicação, profissional adicional para a Secretaria e alugou uma sala comercial fora do MRE, conforme exigência legal para entidades sindicais.

Ação judicial

Além disso, com a mudança exigida no valor da causa que contesta o corte do 13º no exterior, o custo dos honorários de sucumbência subiu para R$ 500 mil, caso a ADB seja derrotada nessa ação judicial.

Recorda-se que, com o novo sistema de consignação do Ministério do Planejamento, tornou-se necessário que os diplomatas servindo no Brasil recadastrem o desconto em folha. Acesse, então, a área "Portal do Servidor", no endereço servicosdoservidor.planejamento.gov.br/web/portal-publico-sigepe, clique em "Consignações" e, posteriormente, em "Gerar autorização de consignatária". Na sequência, selecione "Associação dos Diplomatas Brasileiros" e depois a opção "Até 30%". Esse percentual é apenas uma rubrica, portanto, nada tem a ver com o valor da contribuição.

Caso haja alguma dúvida, fale com Jaqueline Cruz no telefone (61) 3322-0504 ou envie uma mensagem para o *e-mail* secretaria@adb.org.br.

Novo sítio e canais de mídia social aproximam ADB dos associados

Na esteira das iniciativas para aperfeiçoar os canais de comunicação com seus quase 1500 associados, a ADB reformulou seu sítio eletrônico (adb.org.br). Entre as novidades estão a área restrita ao associado, que, mediante uso de login e senha, poderá participar de consultas e votações eletrônicas; publicação da Revista da ADB em formato .pdf para leitura em *tablets* ou *smartphones*; convocações para assembleias; e atualização dos últimos comunicados da diretoria.

O sítio reformulado soma-se ao uso das mídias sociais (Facebook e Twitter) e ao *e*-ADB, grupo de discussão dos associados, no intuito de aperfeiçoar os mecanismos de transparência e rapidez nas comunicações com os membros, compromisso assumido pela diretoria.

Desde março, o *e*-ADB tem sido usado para atualizar os sócios sobre os avanços e desafios da pauta de trabalho. Todos os colegas estão convidados a interagir, respondendo e comentando sobre os tópicos levantados. O convite para participar do grupo foi encaminhado automaticamente a todos os endereços de correio eletrônico cadastrados junto à ADB. Caso não tenha recebido, encaminhe mensagem para e-adb@googlegroups.com solicitando inclusão de endereço eletrônico alternativo ao @itamaraty. Até agosto, o fórum já contava com mais de 490 membros.

Assembleia de diplomatas endossa "Carta de Miami"

Aprovou-se, por unanimidade, na assembleia geral extraordinária (AGE) de 4 de julho, apoio da ADB à "Carta de Miami" (Telegrama 587 do Consulado-Geral do Brasil em Miami). O mandato para a ADB promover ação judicial questionando o corte no 13º salário no exterior e uma nova ação sobre licença-prêmio também foram chancelados pelos diplomatas.

A "Carta de Miami", como ficou conhecida, foi a reação à Circular Telegráfica 101.471/2016, que informou os postos do cumprimento de instrução do Ministério do Planejamento de corte de 40% do 13º salário e do adicional de férias correspondentes à parcela indenizatória (Irex) apenas nove dias antes da data em que seria feito o pagamento. Os servidores lotados no posto manifestaram indignação e decepção com a insegurança financeira a que funcionários e familiares são submetidos. Em junho, o montante referente ao pagamento dos alugueis residenciais no exterior estava atrasado há três meses.

O documento também busca desmistificar a noção de que o servidor das carreiras do SEB vive uma rotina de privilégios no exterior. Outro aspecto levantado pela carta é que a reflexão sobre a remuneração no exterior necessita levar em consideração as especificidades do SEB. Atualmente, os filhos de brasileiros que trabalham a serviço do governo no exterior não podem usufruir do sistema público de ensino no Brasil – embora aqui a educação seja gratuita e obrigatória para as crianças dos quatro aos 17 anos – e, tampouco, possuem direito a auxílio-educação no país a que foram enviados.

Além da insegurança financeira, o texto ressalta as incertezas nos processos de remoção para os postos. Como as decisões são transmitidas com pouca antecedência, muitas vezes os servidores não sabem se devem prorrogar o contrato de aluguel, que na maior parte das vezes é anual, nem se devem garantir vaga, para os filhos, na escola local ou de outro país a que serão enviados. A carta termina dizendo que "não se trata de privilégios, apenas de um mínimo de previsibilidade".

Secretário-Geral do MRE recebe ADB

Divulgação / ADB

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão, recebeu a Diretoria da ADB no dia 20 de setembro para tratar de temas de interesse dos diplomatas, como os atrasos nos pagamentos de RF; os desafios da progressão funcional; a situação do reajuste inflacionário; e o estabelecimento de critérios transparentes para promoções e remoções. O projeto de lei para a criação de auxílio-educação no exterior, pauta conjunta de todas as carreiras do SEB e apoiada pela Associação de Familiares dos Servidores do Itamaraty (AFSI), foi apresentado e acolhido com boa disposição pelo Embaixador.

Na ocasião, a presidente da ADB, Embaixadora Vitória Cleaver, entregou ao Secretário-Geral carta de apresentação da entidade. Da esquerda para a direita, PS Henrique Choer, Ministro Alexandre Parola, TS Marcela Campos de Almeida, Embaixadora Vitória Cleaver, Embaixador Marcos Galvão, Embaixador Ronaldo Costa Filho, Embaixadora Maria-Theresa Lazaro, TS Leandro Araujo, Ministro Felipe Santarosa, Embaixadora Claudia Buzzi, Ministro Almir Nascimento e Ministra Paula Souza.

ADB troca experiências com entidade canadense

Divulgação / ADB

Embaixador Vitória Cleaver e Ministro Alessandro Candeas recebem diplomatas canadenses

A presidente da ADB, Embaixadora Vitória Cleaver, e o Diretor de Estudos, Ministro Alessandro Candeas, receberam representantes da associação dos diplomatas canadenses, a *Professional Association of Foreign Service Officers* (PAFSO). No encontro realizado no IPRI foram discutidos os desafios da carreira e compartilhadas ideias sobre a atuação das entidades.

Os diplomatas canadenses Luiz Miguel Rocha e Christian Gour explicaram como a PAFSO surgiu e como se transformou em entidade sindical, jornada pela qual passa a ADB, em direção à obtenção da carta sindical. Dois pontos chamaram a atenção dos dirigentes da ADB: as diretivas do serviço exterior (www.njc-cnm.gc.ca/directive/fsd-dse/index-eng.php) e a atuação conjunta com as mídias sociais e com a imprensa, além dos acordos coletivos (www.tbs-sct.gc.ca/pubs_pol/hrpubs/coll_agre/fs/fstb-eng.asp).

A intenção da diretoria da ADB é estimular a formação de uma rede que reúna associações diplomáticas de países como Canadá, Estados Unidos, França, Israel, Itália e Reino Unido para promover intercâmbios de experiências, boas práticas e desafios em comum.

MRE lança novo portal para aposentados

Está no ar o novo portal na internet desenvolvido especialmente para servidores aposentados do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O portal, inovador em termos de *design* e usabilidade, traz as informações mais relevantes para os servidores inativos.

Nesse canal os diplomatas poderão acessar os boletins diários e de serviço; notícias; formulários da DP e DPAG; e listas de ramais e de postos no exterior. O novo portal está disponivel no endereço https://aposentados.itamaraty.gov.br.

Para entrar, devem ser inseridos os mesmos login (nome. sobrenome) e senha utilizados para o acesso ao correio @itamaraty e à *Intratec*. Se o servidor não se recordar de login ou da senha de acesso, deve entrar entre em contato com a CAT (61 2030-6456) para novo cadastramento.

A partir de dia 15 de agosto, os servidores aposentados deverão acessar as informações acima exclusivamente por meio do novo portal. Como as contas de correio institucional @itamaraty e acesso à Intratec serão inabilitados, é fundamental manter atualizado o seu cadastro junto à DP, em especial telefone e endereço de correio eletrônico particular.

Votação revela apoio integral da categoria ao reajuste de 27,9%

Divulgação ADB

Diretoria da ADB representou os diplomatas na mesa de negociações com o Ministério do Planejamento

Consulta realizada pela ADB, entre 27 e 28 de julho, revelou que a categoria dos diplomatas é amplamente a favor do reajuste de 27,9% em três anos proposto pelo Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MPOG), com a continuidade das discussões sobre reenquadramento remuneratório. Votaram favoravelmente 889 diplomatas e contra apenas seis. A consulta foi motivada pela percepção da diretoria da ADB de que a posição da maioria dos diplomatas difere daquela adotada pelo Sinditamaraty, que repetidamente recusou a oferta do MPOG.

Com base nessa informação, a diretoria poderá amparar as iniciativas quanto ao reajuste inflacionário. Entre as ações já adotadas, estão gestões junto à Administração do MRE e do MPOG. Nos recentes contatos com a ADB, o MPOG tem-se mostrado sensível aos pleitos dos diplomatas, especialmente em razão da expressiva votação obtida por meio da consulta, e sinalizou que o pleito sobre o reajuste salarial poderá ser contemplado.

A diretoria da ADB já expressou ao chefe de gabinete do Ministro José Serra, Embaixador Júlio Bitelli, a necessidade de que a ADB participe de qualquer instância negociadora sobre eventual reestruturação da carreira e reenquandramento remuneratório para diplomatas. A proposta da Administração sobre esse tema já foi objeto de discussão e aprovação pela assembleia geral da ADB, no início deste ano.

No atual contexto econômico, sem garantias de que haverá novas negociações salariais no curto ou médio prazo, sobretudo com eventual aprovação do teto de gastos públicos por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) anunciada pelo governo federal em junho, a decisão de não aceitar os 27,9% em três anos, sendo 12,9% em janeiro de 2017, com a posterior negociação do reenquadramento remuneratório, representa risco efetivo aos interesses da categoria. Caso essa PEC seja aprovada, os diplomatas poderão não obter reajuste algum nos próximos anos.

ADB garante 13º e adicional de férias aos associados no exterior

A ADB ingressou, em 28 de junho, com ação judicial para solicitar o pagamento integral do 13º salário e do terço de férias de seus associados que estão servindo no exterior. A Associação contestou o entendimento adotado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, segundo o qual a base de cálculo do 13º salário no exterior e do terço de férias deveria excluir a Indenização de Representação no Exterior (Irex) e o auxílio-familiar.

A ADB obteve decisão liminar que deferiu "a tutela de urgência para determinar a manutenção da Irex e do auxílio-familiar na base de cálculo do 13º salário e do terço de férias dos substituídos da autora que ostentam essa condição". A Diretoria da ADB foi informada pela Administração do MRE de que a parte interessada ("substituídos da ADB") já recebeu o valor correspondente à parcela objeto da ação judicial. No entanto, apenas os associados à ADB até 28 de julho foram contemplados nesse processo, conforme entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU), em parecer em 10 de agosto.

Para contemplar os diplomatas que se associaram após essa data, a Diretoria da ADB decidiu promover uma segunda ação judicial, de mesmo teor da anterior, após consulta em assembleia geral. Os novos associados que aderirem à ADB até o dia 30 de setembro poderão se beneficiar dessa segunda ação judicial.

Sucumbência

A liminar deferida na ação para solicitar o pagamento integral do 13º salário e do terço de férias foi concedida com a condição de que a ADB retifique a sucumbência, no valor de R$ 55 mil, estipulada para a causa. Trata-se de cifra frequentemente usada em causas coletivas, que normalmente não acarreta maiores discussões no Poder Judiciário.

No entanto, no entendimento do juiz federal substituto da 20ª Vara, Renato Borelli, o valor deveria ser a soma dos benefícios individuais, em reais, de todos os associados abrangidos pela decisão, o que aumentaria exponencialmente o valor da causa. Conforme o novo Código Civil, se o valor da causa sobe, eventual derrota ao final da ação judicial enseja pagamento de horários de sucumbência para ADB. Como o juiz indicou que poderia cassar a liminar, se o valor da causa não fosse alterado, a Diretoria da ADB submeteu a questão à votação em assembleia geral. Os associados decidiram, por unanimidade, retificar o valor da causa e seguir com o processo.

> "Assessoria jurídica da ADB impetra ação judicial e obtém decisão liminar da Justiça Federal, que deferiu 'a tutela de urgência para determinar a manutenção da Irex e do auxílio-familiar na base de cálculo do 13º salário e do terço de férias dos substituídos da autora que ostentam essa condição'"

O dever da proximidade

As discussões sobre a originalidade do contexto histórico por trás da foto "Morte de um miliciano" não parecem minimizar as qualidades técnicas ali expostas, muito menos tingir a excelência biográfica de quem a enquadrou. A abnegação com que Robert Capa (nascido Endre Friedmann, no ano de 1913, em Budapeste) exerceu sua atividade conduziu-o, inexoravelmente, à linha de frente dos principais conflitos bélicos do século XX, como a Guerra Civil Espanhola e a II Guerra Mundial, onde retratou, com galhardia, momentos que tracejam a psique humana em situação extrema.

A proximidade de conflagrações históricas e certo traço de caráter que lhe permitiu suportar os horrores vivenciados não o limitaram, entretanto, às revelações fotográficas; notabilizou-se, também, por constatações aguçadas, inspiradoras, sutis, que escaparam incólumes do campo de batalha. É o caso, por exemplo, de uma de suas frases mais famosas, cuja perspectiva focal encontra validez análoga na atividade diplomática: *"If your pictures aren´t good enough, you aren´t close enough"*.

Apesar das dificuldades acadêmicas de se atribuir acabamento científico ao ofício diplomático, cuja natureza se revela essencialmente prática, na esteira das aulas ministradas pelo Embaixador Fernando Reis no Instituto Rio Branco, é possível identificar algumas premissas com as quais trabalham seus operadores, entre elas a intuitiva noção de que relações bilaterais amistosas se edificam e se sustentam por meio de contatos presenciais frequentes.

Dessa premissa profissional, como sugere a experiência acumulada nos últimos séculos, pode-se aduzir que a distância tem o condão de, por si só, gerar prejuízos, ou, em nomenclatura técnica, "ruídos na comunicação", comprováveis por interpretações equivocadas, estranhamentos, desconfianças ou suspeitas. Tal aspecto, que sempre justificará a existência de embaixadas em país estrangeiro, conduz ao propósito de se aproximar com regularidade dos interlocutores, de forma presencial, a fim de que se estabeleçam com eles os necessários vínculos de confiança.

Proximidade gera confiança

É somente ao final de duas guerras mundiais devastadoras que os países envidam esforços sem precedentes em direção à proximidade, em escala global, para além do que oferecem as missões permanentes, ocasião em que aperfeiçoam mecanismos prévios de concertação, como a Liga das Nações. Em revigorado *momentum* histórico, a Organização das Nações Unidas e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço emergem, entre tantos outros aspectos, igualmente como espaços de convívio rotineiros entre agentes imbuídos de função diplomática.

Os benefícios oriundos dessas novas arenas de encontros e de troca de impressões são inquestionáveis, a julgar pelo incremento vertiginoso dos acordos pactuados nas décadas que se seguiram (de que são exemplos os órgãos de apoio à ONU e a própria União Europeia), bem como pela maior desenvoltura e presteza em encapsular desavenças pontuais, evitando que se convertessem em crises de maior proporção (como frisou o ex-Secretário-Geral Dag Hammarskjöld: *"the United Nations was not created to bring us to heaven, but in order to save us from hell"*).

Em sintonia com os acontecimentos em voga pelo mundo do pós-guerra, a psicologia social passou a revestir com moldura científica o binômio proximidade-distância. Em meados da década de 1960, observações levadas a cabo pelos norte-americanos Theodore Mead Newcomb e Leon Festinger, sem prejuízo de outros analistas sociais que assumiram vertente similar de estudo, atestaram a validade da premissa do ofício diplomático há pouco mencionada.

Pelo *proximity principle*, Newcomb diagnostica uma tendência nos indivíduos de se associarem e de se tornarem amigos quando estão próximos. Sob as mesmas luzes, Festinger reconhece no *propinquity effect* certa inclinação natural para se criarem laços afetivos entre aqueles que se encontram regularmente.

Em resumo, a proximidade é elemento propulsor da confiança. Não à toa, a denominação que se atribui ao período de hostilidade conhecido como Guerra Fria espelha, também, a pre-

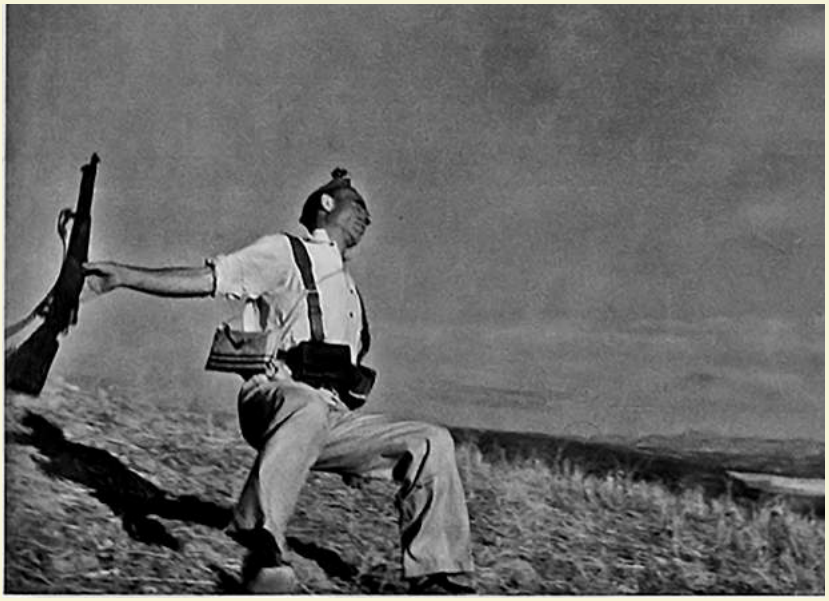
cariedade dos contatos regulares entre Estados Unidos e União Soviética.

Em tempos recentes, as ferramentas eletrônicas de comunicação, aperfeiçoadas com a rede mundial de computadores, permitiram notório aumento no fluxo de correspondências pessoais. Contudo, por conta de seu alcance virtual, não suplantaram o lugar de destaque conferido aos contatos presenciais. Assim, a troca de mensagens por *e-mails*, por exemplo, apesar de figurar como imperativo profissional, não substitui a força acústica que evolutivamente se consagra à palavra quando transmitida em interações interpessoais.

Como salienta o filósofo Christoph Türcke em *Philosophy of dreams* (*Yale University Press*, 2013), ao abordar o método psicanalítico de Sigmund Freud: "(...) *the right word at the right moment can be a virtual balm*".

Nesse sentido, no que se refere às relações humanas sob a perspectiva diplomática, os incrementos técnicos devem ser encarados como meios complementares ou subsidiários de abordagem, incapazes de destronar, em eficiência, o tradicional encontro pessoal.

Do diplomata exige-se, portanto, trabalho de campo, ação, atividade, sem o que as relações que norteiam seu ofício, como que por inércia, se enfraquecem, perdem vigor, esfriam. Parafraseando Albert Einstein: o fazer diplomático é como andar de bicicleta: é preciso estar em constante movimento.



"Morte de um miliciano", imagem de Robert Capa registrada durante a Guerra Civil Espanhola

E o dever de buscar proximidade junto aos interlocutores, nesta carreira, extrapola o óbvio: apesar de ser facilmente identificável nos encontros regulares motivados por uma pauta de discussão, ele se manifesta também, e com importância equivalente, em jantares, recepções e ocasiões de semelhante perfil – nesse particular, Lisa Schirch, em Ritual and Symbol in Peacebuilding (Kumarian Press, 2005), atribui-lhes o devido valor como locus igualmente privilegiado de interação. Muito embora revelem contornos particulares, reuniões e coquetéis permitem, cada qual a sua maneira, reforçar laços e aperfeiçoar pontos em comum.

Equilíbrio difícil

Mas há ressalvas ao movimento em direção à proximidade: pois, se por um lado distanciar-se é um equívoco, aproximar-se demais também o é. Assim ficou demonstrado, em analogia de certa forma extremada, pelo acidente que vitimou Robert Capa, em 1954, após ter ele pisado em mina terrestre enquanto acompanhava o avanço das tropas francesas na Guerra da Indochina.

Além do apuro técnico contido em suas fotos (muitas delas disponíveis na página eletrônica do *International Center of Photography*) e da sensibilidade presente em suas observações, Capa poderá ser lembrado também pelos limites físicos que devem ser observados na busca pelo enquadramento focal.

Como salientou o experiente xerife Ed Tom Bell, no livro *No country for old man*, de Cormac McCarthy: "*I tried to put things in perspective but sometimes you're just* too close to it". Não se trata de tarefa fácil, tendo em vista que a proximidade profissional adequada parece esconder-se em linha tênue, não claramente visível, cujo traçado lucila intermitente enquanto por ela se caminha.

SS Diego Cunha Kullmann, lotado no Consulado-Geral de Zurique.

Itamaraty entra na era

As unidades administrativas da SGEX suspenderam o recebimento de minimemos em papel a partir de 29 de agosto, dois meses após o lançamento do *e*-Memo. Todas as demandas de informação e as providências tradicionalmente encaminhadas em via impressa serão atendidas apenas por meio eletrônico, ou seja, pelo *e*-Memo. O documento eletrônico tem vantagens na tramitação em relação ao formato papel haja vista que cada *e*-Memo recebe um número único de protocolo; os despachos ficam todos registrados; e há um histórico do documento que registra todas as ações tomadas.

As minutas também tramitam pelo sistema e, a partir de agora, tornou-se possível anexar arquivos. A intenção é que o *e*-Memo substitua pedidos de providências tramitados por e-mail, de forma a manter o registro histórico dos processos, facilitar consultas posteriores por todos os integrantes da unidade e não sobrecarregar as caixas-postais eletrônicas institucionais.

O *e*-Memo foi desenvolvido pela Divisão de Informática (Dinfor) para permitir a tramitação de todos os documentos do ministério, inclusive expedientes telegráficos. Inicialmente, na Fase 1, apenas minimemos e documentos mais simples e ostensivos estão contemplados pelo sistema. A implantação por fases permite a identificação básica do fluxo de trabalho do MRE e a correção de eventuais *bugs*.

A próxima fase do projeto contemplará a "informatização" dos demais documentos tramitados no Itamaraty, com maiores exigências formais e

dos *paperless offices*

fluxo de trabalho controlado, como ofícios, mensagens oficiais e memorandos. Futuramente, o *e*-Memo substituirá, inclusive, Seprod e Exped.

Ajustes e avanços

Um dos desafios encontrados pelos desenvolvedores do sistema e exemplo de situação complexa é a criação do "perfil de usuário", que indica quais minimemos um servidor deve ver. Isso porque o perfil é ligado ao sistema de Recursos Humanos do MRE, que informa a lotação do servidor.

Mas há servidores lotados em uma unidade e efetivamente trabalham em outra, outros trabalham em mais de uma unidade e há, ainda, casos de pessoas lotadas em uma unidade na Secretaria de Estado, em missão transitória longa, e chamadas a serviço para outra unidade da SERE. Nas etapas posteriores do *e*-Memo, novas funcionalidades possibilitarão ao usuário escolher a partir de qual lotação deseja expedir o documento.

O *e*-Memo é o primeiro sistema depois do Sistema de Comunicações (Siscom), cujo objetivo é a gestão eletrônica completa de documentos.

O Itamaraty foi pioneiro no esforço com o Siscom, pois, desde meados da década de 1970, o documento original é eletrônico e as cópias impressas são meramente informativas, sem peso legal. Desde então, a tecnologia da informação avançou muito, mas os fluxos documentais permaneceram ligados ao papel no MRE. Na segunda década do século XXI, sintonizado com tendência que cresce em todo mundo, o Itamaraty ruma para tornar-se um *paperless office*.

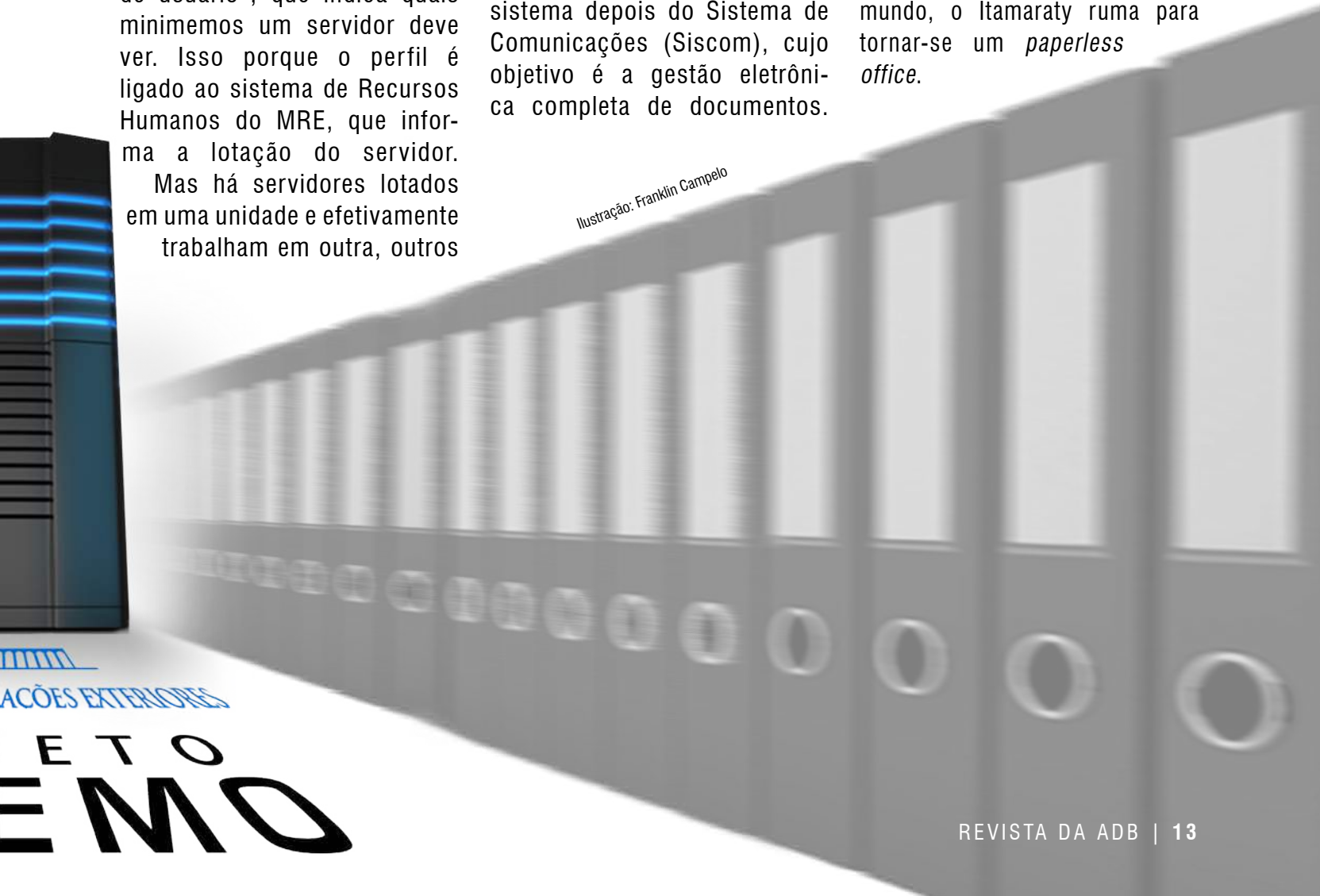


Ilustração: Franklin Campelo

Quai D'Orsay:
um passeio pelo serviço exterior francês

*Dando continuidade aos diálogos com representantes de embaixadas sediadas em Brasília, a **Revista da ADB** entrevistou o diplomata Mathieu Jagour para conhecer a estrutura, a formação de diplomatas, as políticas de promoção de igualdade de gênero e raça, os critérios para a designação para postos no exterior, entre outros aspectos relativos à organização da chancelaria francesa. Os entrevistados relataram que os diplomatas dispõem de auxílios financeiros específicos para as despesas com a educação dos seus filhos e destacaram a existência de um serviço que organiza a volta dos agentes e a escolarização de seus filhos na França.*

Quando foi fundada e qual é a estrutura da chancelaria francesa?

A criação do Ministério dos Assuntos Exteriores e do Desenvolvimento Internacional (Maedi) foi precedida, na Idade Média, pelos "conselheiros diplomáticos do rei" e, nos séculos XII e XIII, pelas primeiras embaixadas. Considera-se que a criação da chancelaria data de 1589, com a nomeação de Louis de Revol como Secretário de Estado para os Assuntos Exteriores. A organização atual data de Decreto de 28 de dezembro de 2012, ligeiramente modificado em 10 de maio de 2016.

O ministério está estruturado em três direções-gerais (DG), ou seja, DG de assuntos políticos e segurança, organizada em direções geográficas e temáticas (especialmente assuntos estratégicos, ONU e organizações internacionais); DG para a globalização, cultura, ensino e desenvolvimento internacional; e a DG de administração e modernização. Somam-se às DG(s) outras direções independentes, entre as quais a de assuntos europeus; comunicação e imprensa; franceses no exterior; direção jurídica e protocolo. Além disso, há um centro de crise e de apoio, encarregado do monitoramento, antecipação, alerta e gestão de crises.

Quantas embaixadas, consulados e funcionários da carreira diplomática a chancelaria possui?

A rede do Maedi no exterior tem 162 embaixadas e 16 representações permanentes, além de 91 consulados-gerais e consulados. Em janeiro de 2015, os funcionários efetivos somavam 14.275, dentre os quais 5.868 agentes concursados e agentes com contrato de duração indeterminada (CDI); 2.807 agentes com contrato temporário; 4.941 agentes de direito local; e 659 militares. Mais de 70% dos agentes trabalham no exterior e 24% na administração central, sendo 21% em Paris e 3 % em Nantes.

Como se dá o ingresso no serviço exterior francês?

O concurso é herança da Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão de 1789 é o meio mais comum para o ingresso na carreira, que também se dá por promoção interna, isto é, quando um agente do Maedi é promovido de secretário de chancelaria a terceiro secretário; e, apesar de ser incomum, por meio da integração ao corpo de diplomatas.

> "Mais de 70% dos agentes trabalham no exterior e apenas 24% ficam permanentemente na administração central"

Existem dois níveis de entrada (conselheiro e secretário) e duas especializações geográficas (Cadre général e Cadre d'Orient). O concurso do Cadre d'Orient é bem específico e exige o domínio de uma língua dita "rara", como, por exemplo, árabe, chinês, japonês, russo, turco ou swahili, bem como conhecimentos sobre a região vinculada. Em cada concurso, existe uma via "externa", destinada principalmente a recém-graduados, e outra "interna", para pessoas que podem comprovar experiência de quatro anos como funcionário público.

O número de vagas é definido pela administração e varia entre 5 e 15 vagas anuais, conforme as necessidades do ministério. Esses concursos estão abertos a todos os cidadãos franceses (nascidos ou naturalizados, inclusive com dupla nacionalidade) e aos cidadãos dos outros países membros da União Europeia.

O que é estudado na Academia Diplomática e Consular (IDC)?

Os futuros diplomatas devem frequentar o IDC, criado em 2010 para instruir sobre a cultura profissional do ministério e lhes transmitir o *know-how* da profissão. Ao final, devem ter adquirido conhecimentos sólidos a respeito do ambiente administrativo, assim como dos valores do ministério (trabalho em equipe, boas práticas, especialmente deontologia).

Com duração de três meses e meio, essa formação propõe módulos com conteúdos variados, como organização e funcionamento do ministério (ferramentas de trabalho, redação diplomática, segurança, deontologia); apresentação de suas profissões (negociação, comunicação, gestão de crise, gestão orça-

mentária e contábil); e sensibilização sobre desafios individuais, coletivos e profissionais da carreira. O programa de estudo também prevê módulos temáticos, a exemplo das dimensões europeia e jurídica; questões multilaterais; desafios globais; módulos franco-alemão e franco-britânico; questões consulares; entre outros.

Existem políticas específicas de promoção da igualdade de gênero e raça?

O Maedi trabalha com uma política voluntarista cujo objetivo é a conquista de uma igualdade real entre homens e mulheres. De forma mais concreta, as medidas em andamento visam ao aumento do número de mulheres candidatas a cargos de *management* (inclusive embaixador), à sensibilização dos agentes sobre a igualdade profissional, e à inserção da igualdade no funcionamento do ministério.

Como é o sistema de designação de diplomatas para um determinado posto? Há treinamento prévio específico com relação a idiomas, desastres naturais, terrorismo, segurança pública e espionagem/contra-inteligência?

Embaixadores e cônsules-gerais são nomeados pelo presidente da república. Qualquer que seja o seu nível, todas as nomeações são feitas por meio de procedimento específico, no qual a direção de recursos humanos estuda os dossiês dos candidatos e a adequação do seu perfil ao cargo (experiências, competências linguísticas...). Em seguida a decisão é validada por uma comissão independente.

> As medidas visam aumentar o número de mulheres em altos cargos e sensibilizar os agentes sobre igualdade profissional

O ministério propõe aos agentes diversas formações relativas às profissões que eles devem exercer. Para os agentes que possuem 15 anos de experiência e começam a exercer funções de management, foi lançado em 2011 um ciclo de formação de meio de carreira, que visa, prioritariamente, reforçar as competências de gestão e a capacidade de liderança dos diplomatas, bem como aprofundar seus conhecimentos a respeito das questões prioritárias das nossas ações internacionais. Compreende, ainda, módulos de formação coletivos e um acompanhamento personalizado dos agentes (coaching individual), com duração de três anos e seis a sete módulos de prática por ano, com duração de um a três dias.

Que benefícios tem o diplomata no exterior?

Os diplomatas têm os privilégios políticos previstos na convenção de Viena de 1969. Os agentes recebem verbas in-

denizatórias específicas para cada posto, os quais servem de compensação pelas perdas financeiras e inconvenientes relacionados à vida no exterior.

Como é o ensino dos filhos e dependentes dos diplomatas franceses no exterior? Há algum tipo de auxílio? Há facilidades para que consigam vaga nos liceus franceses pelo mundo e na volta a Paris?

Os diplomatas, como todos os agentes do ministério, dispõem de auxílios financeiros específicos para as despesas com a educação dos seus filhos, que, em geral, são escolarizados em escola ou liceu francês, pois a rede de escolas francesas se estende por quase todos os países do mundo. Os diplomatas nunca têm recusada a matrícula dos seus filhos nestas instituições. Um serviço específico do ministério organiza a volta dos agentes e, especialmente, a escolarização dos seus filhos na França.

Quais são os critérios para passagens e diárias em viagens a serviço?

O ministério paga passagens de avião para possibilitar que agentes voltem periodicamente à França. A frequência dessas passagens vai de 10 a 30 meses, de acordo com a periculosidade e o afastamento do cargo. Esse retorno pode ter uma periodicidade de cinco meses para os postos mais difíceis, mediante derrogação.

Para suas missões profissionais, os agentes dispõem de verbas indenizatórias de missão, que dependem do posto em que trabalharão. As passagens pagas pela administração são quase sempre em classe econômica.

Qual é o papel desempenhado pelos contratados locais dos postos no exterior?

Os agentes de direito local têm em princípio funções técnicas, administrativas e de apoio (cozinha, jardinagem, secretaria, vistos, entre outras).

Quais são as normas de segurança para uso da tecnologia da informação dentro da chancelaria e dos postos?

Na chancelaria e nos postos, os agentes têm, em princípio, um amplo acesso à internet. As comunicações eletrônicas e, principalmente, as correspondências diplomáticas são, naturalmente, protegidas.

Como é feito o gerenciamento dos pedidos de acesso à informação?

Tudo depende dos pedidos que são feitos. Em todos os postos são realizados serviços de recepção de chamadas e do público. O acesso aos documentos administrativos é garantido por lei e atendido pelo ministério de forma transparente. Ainda que existam algumas restrições, tudo é feito sob o controle de uma comissão de acesso aos documentos administrativos. Tanto as informações políticas quanto as administrativas se encontram no site do ministério e nos sites dos diferentes postos.

Como é a aposentadoria dos diplomatas franceses?

A aposentadoria dos diplomatas é exatamente a mesma que a aposentadoria dos servidores públicos. Quase todas as antigas vantagens da aposentadoria ligadas ao posto não existem mais.

Nova lei garante residência funcional no exterior

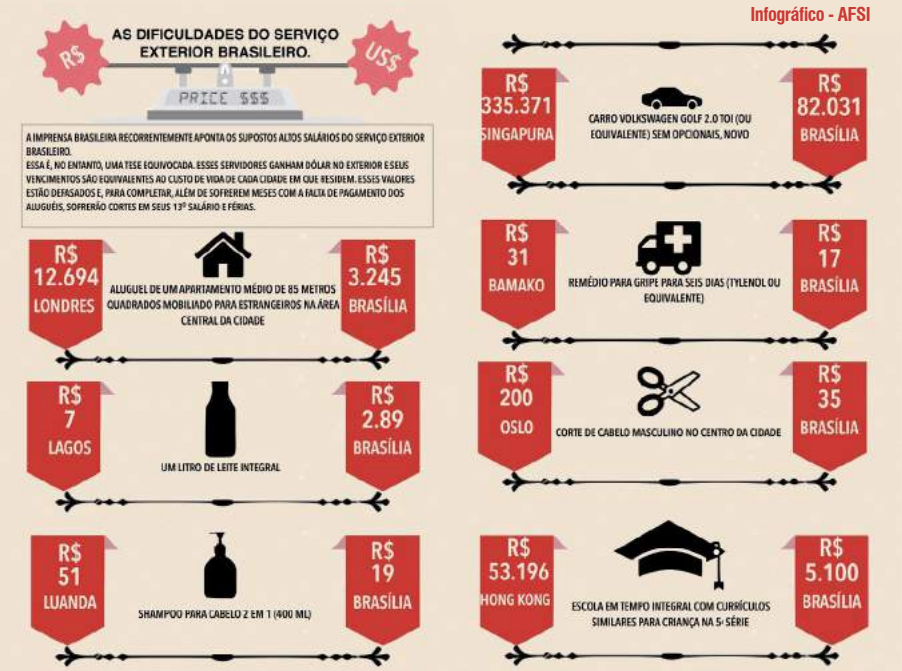
O auxílio-moradia no exterior recebeu base legal e está garantido a todos os funcionários do Serviço Exterior Brasileiro (SEB) com a publicação da Lei nº 13.328, em 29 de julho, que ainda será regulamentada por um decreto específico. A nova legislação altera a Lei nº 5.809/1972, que previa a retribuição aos diplomatas, militares e outros agentes públicos no exterior. A lei aprovada preenche o vazio jurídico em que se dava o pagamento de auxílio-moradia e supre antiga demanda do SEB.

As alterações promovidas pela lei correspondem à etapa final do cumprimento do Acórdão nº 2.054/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou o fim do pagamento da parcela "correção cambial" ao salário no exterior (retribuição básica e a indenização de representação no exterior / Irex). Para evitar prejuízos aos servidores, o valor relativo à correção cambial foi incorporado à parcela de Irex, pelo Decreto nº 8.594/2015, assim como à retribuição básica, com a mudança no artigo 14 da Lei nº 5.508/1972.

A lei aprovada acrescenta o auxílio-moradia no exterior à lista de indenizações constantes do artigo 8º, inciso III, da lei de retribuição no exterior e altera o capítulo II da mesma para incluir seção específica sobre termos e condições para a concessão do benefício, estabelecendo que sejam considerados, no cálculo dos limites da indenização, elementos como número de dependentes do servidor.

O valor final da retribuição no exterior permanece inalterado em relação ao que é atualmente praticado. A partir da edição da Lei nº 13.328/2016, as duas parcelas principais da retribuição no exterior são a RB de caráter remuneratório e modificável apenas por meio de lei e a Irex, que possui natureza indenizatória e modificável em seu valor por meio de decreto, com base nos parâmetros fixados em lei. A cada posto no exterior corresponde um fator de conversão da Irex e um fator de conversão da RB, que constam dos respectivos anexos do decreto e da lei. Há, ainda, previsão de revisão periódica dos fatores de conversão da Irex.

Infográfico - AFSI



Todos os dados foram retirados do sítio Expatistan (Cost of Living Index), excluindo o sobre escola, que foi retirado dos sites www.eabdf.br e www.hkis.edu.hk e convertido para reais no câmbio de 24/06/2016.

AVALIAÇÃO DA ADB

Vale destacar outros pontos de destaque na Lei nº 13.328/2016, como a inserção da possibilidade de custear-se excepcionalmente "em caso de situação de grave instabilidade pública ou de catástrofe natural, passagens aéreas para o servidor e seus dependentes, bem como a translação da bagagem", que modifica o parágrafo 1º do artigo 29 da Lei nº 5.508/1972.

Além de encerrar a questão com o TCU, a diretoria da ADB considera que a nova lei promove avanço relevante em relação ao auxílio-moradia no exterior, porque aumentam a segurança jurídica quanto ao pagamento recebido pelos servidores lotados em postos no exterior. A ADB permanecerá atenta e ativa na busca da modernização da base legal aplicável aos servidores lotados no exterior, especialmente no que diz respeito aos regulamentos que serão elaborados para disciplinar as mudanças trazidas pela Lei nº 13.328/2016.

ATRASOS

No início do ano, os servidores do MRE chegaram a contabilizar quatro meses de atraso para receber o reembolso do aluguel no exterior. A situação ficou crítica ao ponto de alguns sofrerem ordem de despejo por falta de pagamento. Outros, após fazer empréstimos para saldar as dívidas com aluguel, solicitaram remoção de volta para o Brasil.

Um Segundo Secretário que mora há dois anos em Montevideo relatou à **Revista da ADB** a situação de angústia e desespero pela qual passava a família, já que o aluguel correspondia à cerca de 80% de seu salário: "Quando há atraso, não é possível sustentar uma família de três pessoas com os 20% que sobram. Aos quatro meses de atraso, fomos obrigados a deixar de pagar o aluguel ao proprietário, que pediu o apartamento de volta em razão do atraso e nos informou que tomaria as medidas cabíveis para receber o valor devido".

O diplomata acrescentou que teve de fazer o possível e o impossível para contornar a situação e chegou a pedir empréstimos a amigos e familiares para evitar o despejo. "Para além do drama pessoal, nos entristece imaginar o dano público que será causado à imagem do Brasil quando os primeiros casos de despejo se concretizarem", lamentou o Segundo Secretário.

O atraso nos repasses motivou comunicação do então Secretário-Geral Embaixador Sérgio Danese aos postos, relatando a impossibilidade de liberar as parcelas mensais para pagamento dessa rubrica. O então SG informou que a Alta Chefia do MRE estava fazendo gestões para recompor o orçamento do ministério para permitir o fluxo regular de envio de recursos aos postos. O orçamento do Itamaraty, que já havia sido severamente comprimido por emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), sofreu grande impacto de variações cambiais em 2016, resultando em valor incompatível com seu nível e despesas.

Nesse contexto, a Administração priorizou pagamento de contratos anuais ou semestrais vencidos ou prestes a vencer, em postos C e D. Em seguida, à medida que o MRE recebeu as dotações, foram feitos os repasses da dotação para os outros postos. A Administração sugeriu, ainda, contatar os proprietários dos imóveis para renegociar os valores dos alugueis, mesmo que contratos vigentes não contivessem previsão de redução.

NOVAS REGRAS

A Portaria nº 282, de 8 de junho de 2015, que mudou a forma de reembolso de aluguel no exterior, estabeleceu quatro faixas distintas de restituição. Há desde a opção em que o servidor tem toda sua despesa de aluguel paga pelo MRE (quando gasta só até 70% do limite estabelecido para a RF), passando por co-participações de 10%, 20% e 30% no pagamento do aluguel.

Essa medida foi tomada para estimular os servidores a buscar alugueis com valores menores, no contexto de dificuldades orçamentárias por que passa o MRE. Na época, avaliou-se incluir no cálculo do auxílio moradia no exterior variável relacionada ao número de dependentes de cada servidor, para adequar as condições de moradia por família.

ADB apresenta proposta para criar auxílio-educação no exterior

Projeto de lei, elaborado pela ADB, tem apoio da AFSI e do Sinditamaraty

Uma das demandas mais antigas dos servidores do MRE, o auxílio-educação no exterior para dependentes de servidores do MRE ganhou impulso com a finalização de projeto de lei que atualiza a Lei de Retribuição no Exterior (LRE / Lei nº 5.809/72). Com texto equilibrado e juridicamente consonante com o ordenamento jurídico brasileiro e com a política de recursos humanos de chancelarias de diversos países e organizações internacionais, o projeto garante reembolso de despesas no exterior com educação fundamental e básica até o valor de 25% da indenização por representação (Irex) do chefe da missão diplomática em que o servidor estiver lotado.

O projeto, que tem apoio da Associação dos Familiares dos Servidores do Itamaraty (AFSI) e do SindItamaraty, foi apresentado pela diretoria da ADB ao Sr. Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão, em 18 de setembro. A proposta resulta de estudos realizados no âmbito do Grupo de Trabalho de Educação da ADB e garante tratamento isonômico aos dependentes de servidores de todas as carreiras do MRE. O abaixo-assinado divulgado pela AFSI coletou mais de mil assinaturas favoráveis ao pleito.

Hoje, os servidores que atuam no exterior recebem o "auxílio-familiar", indenização para *"atender, em parte, à manutenção e às despesas de educação e assistência, no exterior, a seus dependentes"* (artigo 20 da LRE). Para o servidor com dependente, o auxílio-familiar corresponde a 5% da Irex, parcela indenizatória estabelecida pela LRE, que varia conforme a carreira e o nível hierárquico do servidor.

O valor mal chega a US$ 200 para a grande maioria dos servidores, sendo insuficiente para atender às despesas com a educação de dependentes.

Para que um diplomata saia do Brasil para servir no exterior, é preciso prover a educação de seus dependentes. Atualmente, um número crescente de postos (embaixadas, consulados ou outras representações do Brasil) tem-se tornado inacessível aos servidores que possuem dependentes em idade escolar devido ao alto custo com a educação e ao desamparo para custear essas despesas. O sistema vigente dificulta a mobilidade de número significativo de servidores; gera distorções nas possibilidades de carreira entre servidores com e sem filhos e afeta negativamente a qualidade da atuação do Brasil no mundo.

DEMOCRATIZAR O ACESSO

Em muitos países, o acesso de estrangeiro ao ensino público local não é uma opção, seja pelas limitações ao ingresso – falta de vagas, preferência nas listas de espera para nacionais ou residentes – ou pelas dificuldades próprias do local, como o idioma de ensino. Seria pouco atraente para um servidor removido por três anos na Rússia, República Tcheca, Japão, China ou Coréia submeter seus dependentes a sistema de ensino básico em russo, tcheco, japonês, mandarim ou coreano, por exemplo.

Apesar do alto custo, escolas internacionais em língua franca (inglês ou francês) configuram as opções mais adequadas para expatriados porque garantem currículo similar, em diversos países, ao longo dos anos de formação da criança. Essas opções em geral são inviáveis porque seu custo pode alcançar metade da renda, no exterior, de funcionário em classe inicial ou intermediária das carreiras do SEB – justamente as classes em que há maior necessidade de amparo ao custeio da educação de dependentes.

Nick-D/Wikimedia

Austrália é um dos países que concede auxílio-educação para seus diplomatas

Além de mensalidades entre US$ 1.000 e US$ 3.500, por aluno (dependendo da cidade e do sistema de ensino), a maioria das escolas internacionais cobra "contribuição para fundo de desenvolvimento" ou "taxa de matrícula", que pode passar de US$ 10.000 para cada dependente matriculado. Assim, logo ao chegar ao posto, o servidor precisa desembolsar uma soma altíssima apenas para ter seu filho aceito na escola. Quando é transferido para outro posto, precisa pagar outra vez taxa equivalente à nova escola, muitas vezes para mais de uma criança.

Um Segundo Secretário no Japão, por exemplo, compromete cerca de 40% do orçamento familiar para manter dois filhos no ensino fundamental, ou seja, US$ 51.600 por ano, em mensalidades, mais US$ 18.000 em taxas extras. Na Rússia, a Escola Americana cobra US$ 31.000 anuais por estudante. Um Segundo Secretário que tenha dois filhos matriculados nesse sistema comprometerá 50% do salário em despesas com educação. Além disso, terá que pagar US$ 20.000 logo que chegar a Moscou para que as duas crianças sejam aceitas na instituição.

A educação é um dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal (artigos 6º e 205) e constitui dever do Estado, assim como direito público subjetivo de acesso ao ensino obrigatório e gratuito (§ 1º do artigo 208). Por estarem em missão no exterior, os servidores do MRE estão evidentemente afastados da possibilidade de o Estado brasileiro prestar-lhes diretamente a

oferta obrigatória e gratuita de ensino prevista pela Constituição. A consequência lógica dessa impossibilidade seria a compensação dessa desigualdade pela ordem legal, especialmente pela LRE, mediante o pagamento de justa indenização.

IMPACTO PEQUENO

Cálculos preliminares do impacto que a adoção desse projeto de lei traria ao orçamento do MRE apontam para incremento na faixa entre US$ 10 milhões e US$ 19 milhões de dólares, considerando 944 dependentes no exterior (folha de pagamento de fevereiro de 2015). O valor mínimo da faixa considera que, em países onde há boas escolas públicas em língua inglesa (Inglaterra, EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, por exemplo), essa seria a opção dos servidores. Já o valor máximo considera a hipótese de que todos os pais decidam pagar escolas particulares para seus filhos. Em média, pode-se estimar, portanto, US$ 15 milhões. Esse valor representaria apenas 5% de toda a rubrica do MRE para gastos com pessoal, cerca de US$ 300 milhões.

O desafio de educar dependentes no exterior – mudanças curriculares e de língua de aprendizado, constantes trocas de escolas e de professores, o rompimento de vínculos afetivos e a imprevisibilidade inerente à carreira dos pais – vai além do auxílio financeiro. Mas o estabelecimento desse benefício em lei servirá para mitigar as dificuldades enfrentadas pelas famílias dos servidores que defendem o país no exterior.

ADB fecha convênios com escolas internacionais em Brasília

A frequente troca de escolas, línguas e sistemas de ensino, e mesmo de países pode levar a dificuldades de aprendizado em filhos de diplomatas e outros trabalhadores expatriados. Para amenizar as transições, muitos pais optam por matricular as crianças, ainda no Brasil, em escolas internacionais bilíngues. O alto custo, no entanto, pesa no orçamento das famílias, especialmente num cenário econômico de alta inflacionária e de ausência de reajuste para repor as perdas com a inflação.

A preocupação de muitos diplomatas com o tema levou a ADB a negociar convênios para seus associados com escolas internacionais. A *British School of Brasília*, recém-inaugurada em Brasília, oferecerá, no ano letivo de 2016, 50% de desconto na taxa de adesão (de R$ 8.000 para R$ 4.000, referente ao depósito familiar não restituível para fundo de desenvolvimento da escola) e abatimento de 10% nas mensalidades de dependentes de associados à ADB ou à AFSI. A Escola das Nações, que já não cobra taxa de adesão, oferecerá descontos progressivos – 5% para um filho matriculado, 10% para dois e 15% para três. Além disso, essas escolas contam com política de bolsas de estudos parciais para estudantes que se destacam por bom desempenho.

Divulgação

Vista aérea das instalações da recém inaugurada *British School*, em Brasília

Auxílio-educação oferecido por outras chancelarias e por organizações Internacionais

Quase todas as organizações internacionais e chancelarias garantem o auxílio-educação aos filhos de seus funcionários no exterior, conforme pesquisa realizada pela ADB e pela AFSI.

País	Tipo de auxílio	Varia conforme o Posto?	Inclui fundo de desenvolvimento, taxa de matrícula ou de capital?	Nível educacional contemplado
Austrália	Custo pago pelo governo até um teto pré-estabelecido. Embaixada faz os pagamentos diretamente à escola	Não	Sim	Ensino médio
Bélgica	Governo reembolsa despesas que passam de 830 euros (franquia) até o limite de 6.500 euros. O limite pode ser ampliado, conforme o Posto.	Sim	Sim	Universidade
Espanha	Cobre 60% do custo, com limite de 4.000 euros por mês, por dependente. Ao optar pelo auxílio, o funcionário escolhe o Sistema/idioma de escolarização, que deve ser mantido em outros países.	Sim	Não	Ensino médio
Eslovênia	Governo paga até o limite de 18.000 euros por ano, por dependente. O valor é ampliado para países em que serviços Educacionais são mais dispendiosos (como Japão, UK, EUA e Suíça), podendo chegar a 30.000 euros anuais nesses locais	Sim	Sim	Ensino médio
Estados Unidos	100% do custo da educação pago pelo governo. Valor varia, com base na escola da maior parte dos filhos dos diplomatas naquele Posto	Sim	Sim	Ensino médio
Índia	Governo paga os custos com educação de até dois dependentes com mais de 5 anos	Sim	Sim	-
México	Cobre de 70% a 80% dos gastos com educação	Sim (em alguns postos cobre 70% e outros 80%)	Sim	Ensino médio
Países Baixos	Cobre 100% dos gastos com educação	Não	Sim	Ensino médio
Sistema ONU	Cobre até limite de 75% do gasto até determinado teto para dependentes entre 5 e 25 anos (varia conforme o país). Auxílio específico para crianças com necessidades especiais	Sim	Sim	Universidade
Reino Unido	Cobre 100% dos gastos com educação	Sim	Sim	Ensino médio
Suíça	Teto de 24.000 francos suíços por ano, por dependente, mediante comprovação. Reembolso feito duas vezes por ano	Não	Sim	Universidade

Fontes

- Valores de escolas internacionais retirados do site http://www.thenational.ae/uae/annual-tuition-fees-for-american-and-british-schools---graphic.
- Dados levantados junto aos próprios diplomatas estrangeiros pela ADB e AFSI, em 2016.
- Dados da Índia retirados do site http://www.abhayk.com/2013/05/life-in-indian-foreign-service.html.
- Dados da ONU retirados do site http://www.un.org/Depts/OHRM/salaries_allowances/allowances/edgrant.htm.

Embaixador Sérgio Duarte: desarmamento nuclear não é uma utopia

*Com a autoridade de quem representa o Brasil nos fóruns internacionais que tratam do tema da não proliferação de armas nucleares desde meados da década de 70, o Embaixador **Sérgio Duarte** considera que o desarmamento é um "objetivo de difícil realização", mas que corresponde a um "imperativo moral e prático" para a construção de um ambiente de paz e segurança mundial.*

*Na entrevista concedida à **Revista da ADB**, o diplomata aposentado analisa a trajetória das discussões e dos acordos internacionais, a posição do Brasil frente ao TNP e as perspectivas futuras do regime de não-proliferação. O Embaixador Sérgio Duarte também faz um balanço de sua participação no Escritório de Assuntos Desarmamento da ONU, que assumiu, por indicação do Secretário Geral Ban-Ki-moon, no período de 2007 a 2012.*

Qual foi sua primeira experiência na carreira diplomática com o tema desarmamento?

Em 1966, quando servia na embaixada em Buenos Aires, fui removido para a Delegação do Brasil em Genebra. Não tinha tido até então nenhuma experiência multilateral. O Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, que mais tarde se tornaria Ministro de Estado, designou-me para compor a delegação junto ao Comitê das Dezoito Nações para o Desarmamento (ENDC). O comitê era composto por cinco países da Otan, cinco do Pacto de Varsóvia e oito não pertencentes a nenhuma das duas alianças militares, entre os quais o Brasil. Na ocasião, estava sendo debatido anteprojeto de tratado de não proliferação de armas nucleares, apresentado conjuntamente pelos dois co-presidentes do órgão, Estados Unidos e União Soviética.

A delegação brasileira adotou postura de rejeição do que lhe parecia ser a principal característica negativa do tratado, isto é, a divisão do mundo em duas categorias de países: possuidores e não possuidores de armas nucleares, com desequilíbrio dos direitos e deveres. Como proposto, o tratado não proporcionava condições favoráveis ao desarmamento e criaria restrições ao desenvolvimento tecnológico. A divergência em relação às posições dos dois proponentes colocou a delegação brasileira como uma das protagonistas do debate, o que constituiu para mim, jovem diplomata, importante estímulo profissional.

O senhor presidiu a Junta de Governadores da AIEA (1999-2000) logo após a negociação sobre o Protocolo Adicional, ao qual o Brasil não aderiu. Quais os desafios que o senhor enfrentou na época? Como o senhor avalia essa questão hoje?

Quando assumi a presidência da Junta de Governadores da AIEA, em setembro de 1999, o Protocolo Adicional (PA) já havia sido negociado e aprovado pela Junta e pela Conferência Geral da Agência, portanto não tive participação nas negociações. Havia, naturalmente, pressões e apelos para que o Brasil viesse a aderir, mas no tempo em que servi como presidente da Junta (09/1999 a 09/2000) e como governador pelo Brasil (1999-2002) o assunto não foi trazido aos debates. O Protocolo Adicional permite acesso mais amplo a atividades e instalações nucleares do que o especificado nos acordos individuais de salvaguardas.

> A não adesão ao Protocolo Adicional demonstra a insatisfação do Brasil com os paises armados

Em minha opinião, a não adesão do Brasil a esse instrumento é uma forma correta de demonstrar nossa insatisfação com a falta de empenho dos países armados para alcançar medidas consensuais para a eliminação de seus arsenais, que ameaçam a segurança de todos. Não há motivo para aceitar novas restrições ao desenvolvimento tecnológico na ausência de passos concretos e irreversíveis para o desarmamento, definidos no tempo e com verificação internacional. O Brasil entende que a aplicação do sistema de salvaguardas previsto no TNP e no acordo que criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) demonstra nossa completa observância das obrigações de não proliferação assumidas.

Na condição de quem presidiu, em 2005, a Conferência de Exame do TNP, como o senhor avalia o atual momento do regime de não-proliferação?

Essa conferência não conseguiu adotar documento final de consenso – mesmo desfecho, aliás, de quatro das nove conferências de exame já realizadas , demonstrando, de um lado, as profundas divergências entre os cinco membros nuclearmente armados e seus aliados; e, de outro, os países não nucleares. O regime de não proliferação tem funcionado satisfatoriamente, embora não seja universal. Nenhum de seus membros não nucleares adquiriu esse armamento. O TNP não contêm dispositivos que tratem especificamente de violações dos compromissos assumidos. As dúvidas surgidas em poucos casos têm sido resolvidas por uma combinação de gestões diplomáticas e pressões políticas e econômicas, inclusive sanções aplicadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Divulgação / ADB

Embaixador Sérgio Duarte foi designado Alto Representante da ONU para Desarmamento pelo Secretário Geral Ban Ki-moon

No entanto, do ponto de vista do desarmamento nuclear, o TNP é lamentavelmente deficiente. O caráter genérico e vago do artigo VI, pelo qual todos os membros se comprometem a iniciar negociações de boa fé, com vistas ao desarmamento nuclear e desarmamento geral e completo, tem até hoje sido objeto de críticas. A formulação desse artigo tem servido de justificativa para propostas de medidas parciais que os proponentes definem como "passos necessários para levar adiante o processo de desarmamento nuclear", mas que até hoje têm versado exclusivamente sobre não proliferação.

De fato, nenhuma arma nuclear foi desmantelada em virtude de tratado multilateral. Os diversos arranjos bilaterais celebrados entre as duas maiores potências atômicas não contemplam o desarmamento como meta. Os países possuidores de armas nucleares e seus aliados têm interpretado o TNP como proporcionando legitimidade à posse indefinida dessas armas e não parecem dispostos a empenhar-se para sua eliminação.

Como o senhor avalia a adesão do Brasil ao TNP?

Continuam válidas as posições de princípio do Brasil, que embasaram durante mais de quatro décadas a recusa em assinar o TNP. Coerentemente com nossa postura, o Decreto Legislativo nº 65, que registra a ratificação brasileira, diz expressamente: "A adesão do Brasil ao presente tratado está vinculada ao entendimento de que, nos termos do artigo VI, serão tomadas medidas efetivas visando à cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear, com a completa eliminação das armas atômicas".

Quando a decisão de aderir foi tomada, apenas quatro países não o haviam feito, inclusive o Brasil. Três deles adquiriram armamento nuclear. Posteriormente, um dos membros se retirou do tratado e veio a obter armas atômicas. Não pretendendo exercer a mesma opção, o Brasil se via em uma situação equívoca, que expunha o país a desconfianças e críticas além de dificultar o acesso a materiais e tecnologias importantes para o desenvolvimento de suas atividades nucleares pacíficas. Nessas circunstâncias, não se pode deixar de concluir que a decisão do governo brasileiro foi sensata.

A Índia teria manifestado interesse de entrar no Grupo de Supridores Nucleares (NSG), criado nos anos 1970, justamente em reação ao teste indiano com artefato atômico. Como o senhor avalia essa situação?

Por não haver assinado o TNP nem o Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares, a Índia não tem obrigações decorrentes desses ins-

trumentos, ao contrário da imensa maioria das nações. Tem, no entanto, importantes responsabilidades no campo da segurança internacional, sobretudo por haver desenvolvido armamento nuclear próprio. Se for aceita sem qualquer qualificação como membro do NSG, passaria a estar em situação semelhante à de outros estados, inclusive o Brasil, no que se refere ao fornecimento de insumos e tecnologia nuclear, sem estar sujeita às mesmas limitações.

Dessa forma, mesmo sem participar do regime geral de não proliferação e tendo desenvolvido armas nucleares, a Índia passaria a ser titular de condições favoráveis em matéria de cooperação tecnológica, reservadas pelo TNP aos países não nucleares que o subscreveram e se comprometeram, mediante verificação internacional, a não adquirir armamento atômico. A entrada da Índia no NSG ignoraria sua condição como país nuclear de facto, contrariando a letra e o espírito do TNP. Por isso, vários países não nucleares se opõem a que a Índia venha a fazer parte do NSG.

O senhor foi Alto Representante da ONU para o Desarmamento, designado por Ban Ki-moon, entre 2007 e 2012. Como foi a experiência de representar a comunidade internacional?

Fui Subsecretário Geral da ONU por cinco anos, após minha aposentadoria no serviço exterior brasileiro. Essa experiência foi extremamente rica, ao assessorar diretamente o Secretário-Geral (SG) da ONU em temas de desarmamento e no acompanhamento de todos os tratados, convenções e outros arranjos internacionais nesse campo. A unidade que chefiei, o Escritório de Assuntos de Desarmamento (ODA), realizava o acompanhamento político em todas as reuniões de órgãos da ONU relativos ao desarmamento, tanto nuclear quanto convencional, preparava os pronunciamentos oficiais do Secretário-Geral e geria o funcionamento de três escritórios regionais, na América Latina, na África e na Ásia.

> A entrada da Índia no NSG ignoraria sua condição como país nuclear de fato, contrariando o TNP

Além disso, promovia atividades de disseminação de conhecimentos e de educação, inclusive um programa anual de bolsas para jovens diplomatas iniciado em 1979, do qual se beneficiaram muitos brasileiros. Creio que minha contribuição principal tenha sido a de preparar os pronunciamentos do SG sobre temas de desarmamento e controle de armamentos, especialmente em 2008, quando Ban Ki-Moon propôs seu programa de cinco pontos para o desarmamento nuclear, que teve ampla acolhida entre os estados membros da ONU. Foi a única ocasião em que um SG apresentou um plano de passos concretos para o desarmamento nuclear em um discurso inteiramente dedicado a esse tema.

O senhor é membro do Grupo de Pessoas Eminentes da Comissão Preparatória do Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), que há 20 anos aguarda as ratificações necessárias para entrar em vigor. Como o grupo tem atuado para promover sua ratificação?

O Grupo de Pessoas Eminentes foi criado pelo Secretário Executivo da Comissão Preparatória do Tratado de Abrangente de Proscrição de Ensaios Nucleares, Lassina Zerbo, para apoiar e complementar esforços para promover a entrada em vigor do Tratado Abrangente de Proscrição de Ensaios Nucleares. A composição atual é de 23 personalidades que desempenharam ou desempenham funções relevantes em seus respectivos governos ou em organizações internacionais.

Ele atua mediante atividades de advocacia e de informação sobre a importância do Tratado, principalmente junto ao público e aos governos dos países cuja ratificação é necessária para a ratificação. O grupo já realizou cinco reuniões para debater formas de atuação. O Secretário Executivo do CTBTO também tem empreendido contatos diretos e promovido eventos nesse sentido. Naturalmente, a ratificação por parte dos oito países que ainda não o fizeram depende de considerações políticas e estratégicas, mas a atividade de advocacia tem significação especial.

É importante assinalar que todos os países que dispõem de armas nucleares, exceto a Coreia do Norte, têm observado, em quase duas décadas, moratória de explosões experimen-

tais. Entre outras possibilidades, está a sugestão que tem sido debatida informalmente em diversos foros de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas venha a adotar uma resolução em apoio da moratória, mas não se pode ainda saber que forma poderia tomar tal resolução e, tampouco, se haveria consenso para tal.

Qual é o balanço que o senhor faz dos 25 anos da ABACC e dos 50 anos do Tratado de Tlatelolco?

A ABACC é um organismo bilateral bem sucedido na missão de construir e fortalecer a confiança entre suas quatro partes constitutivas – a própria ABACC, a AIEA, o Brasil e a Argentina – e por extensão a confiança do continente sul-americano e da região caribenha, assim como a da comunidade internacional como um todo. Corrobora, assim, a decisão do Brasil e da Argentina de utilizar a energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos. O exemplo das duas nações tem sido de interesse por parte de países situados em outras regiões. Claro que as características e circunstâncias que possibilitaram o advento e o êxito da ABACC não podem ser transplantadas automaticamente para outras regiões.

O exemplo dos países latino-americanos e caribenhos na negociação e conclusão do Tratado de Tlatelolco, porém, foi emulado por outras regiões, conforme suas próprias necessidades e circunstâncias. Hoje existem 113 países que fazem parte de cinco zonas livres de armas nucleares, além da Mongólia. Há propostas de criação de zonas semelhantes no Oriente Médio, englobando todas as armas de destruição em massa, no Ártico, no nordeste da Ásia e em outras partes do mundo. Podemos orgulhar-nos de havermos sido pioneiros.

Divulgação / ADB

O desarmamento nuclear é uma utopia?

Não me parece. É um objetivo de difícil realização, que exige liderança esclarecida e empenho para assegurar o desenvolvimento econômico e social em um ambiente de paz e segurança para todos. É também um imperativo moral e prático, se atentarmos para os efeitos desastrosos e talvez irreversíveis que podem ser causados às populações e ao meio ambiente pelo uso de explosivos nucleares. A partir de 2010, quando as partes do TNP registraram formalmente sua preocupação com as catastróficas consequências de qualquer uso de armas nucleares, três importantes conferências concluíram que esses efeitos danosos não se limitariam às fronteiras nacionais e que nenhum país ou grupo de países teria recursos suficientes para atender à emergência humanitária resultante.

Na mais recente Conferência de Exame do TNP a delegação austríaca propôs um "compromisso humanitário" de "estigmatizar, proibir e eliminar" as armas nucleares devido a suas inaceitáveis consequências humanitárias e riscos conexos. 127 países, inclusive o Brasil, subscreveram esse compromisso. Diversas organizações não governamentais vêm trabalhando para a realização desse objetivo, compartilhado por bilhões de pessoas em todo o mundo.

O senhor teve uma carreira de sucesso e com reconhecimento internacional. Que conselhos daria à geração de novos diplomatas?

Recolho aqui o conselho do Embaixador Azeredo da Silveira aos colegas mais jovens: "Defendam suas felicidades pessoais". A carreira diplomática não é feita de aspectos ornamentais; ao contrário, traz frustrações e exige sacrifícios, inclusive das famílias dos diplomatas. Ao mesmo tempo, oferece horizontes amplos para a realização pessoal e profissional. É preciso preparar-se cuidadosamente para exercer funções no Brasil e no exterior, levando sempre em conta os mais altos interesses nacionais e os da comunidade internacional.

Entrevistador: SS Carlos Augusto Rollemberg de Resende, assessor na SGAP II.

AFSI lança fórum para troca de informações sobre vida no exterior

A ansiedade de ser removido para um posto no exterior começa com a escolha do local e não termina com a edição da portaria de remoção. Conquistada a vaga, começam as inquietações sobre a "vida prática" em uma cidade nova. É seguro caminhar sozinho de noite? Há escolas bilíngues boas e baratas para as crianças? Como são os serviços médicos? É necessário tomar alguma vacina extra? Como funciona o mercado imobiliário? Quais os requisitos para levar gatos e cachorros? Há acordo para trabalho remunerado de cônjuge?

Quem nunca passou noites em claro pensando no próximo posto e navegou por horas na internet para tirar dúvidas, que atire a primeira pedra. Como nem sempre é possível contar com dicas de amigos e colegas que moraram ou visitaram o país de destino, obter informações e dicas sobre as condições da cidade e do país, de fontes confiáveis, nem sempre é fácil. Embora a *Intratec* do MRE disponibilize uma aba com o "Guia do posto", para facilitar a transição do servidor, muitos postos não disponibilizam ou atualizam as informações.

Para suprir essa lacuna, a Associação dos Familiares dos Servidores do Itamaraty (AFSI) criou um fórum de discussão para auxiliar os servidores e suas famílias nas suas escolhas de postos e sua adaptação após a mudança. O objetivo é criar uma rede de apoio e informação que seja compartilhada entre todos os funcionários e cônjuges, com dados atualizados, personalizados e úteis para o público em questão.

Navegue no fórum

No fórum da AFSI há um banco de dados atualizado pelos próprios associados, com dicas e informações reais de quem serve ou já serviu naquele posto. Os tópicos abrangidos incluem não só os serviços essenciais como também outras necessidades da vida quotidiana, como sugestões de cabeleireiro, babás, supermercados e restaurantes. As discussões são divididas em três eixos temáticos: moradia, finanças, saúde, filhos, pleitos da AFSI, trabalho; geográficos (região, país e cidades); e específicos (mulheres, jovens, aposentados, comunidade LGBT e pessoas com deficiência).

Uma das vantagens do fórum é o dinamismo associado a esse tipo de ferramenta. Mas, para que esteja sempre atualizado e completo, é necessário a colaboração e engajamento de todos. Um tópico novo pode ser criado tanto para fazer uma pergunta quanto para oferecer uma dica ou recomendação. Indicações de prestadores de serviços, lojas, bancos, escolas, entre outros, são essenciais para o bem-estar, confiança e conforto dos familiares e servidores do Itamaraty em um novo posto.

O fórum está hospedado no sítio da AFSI (www.afsi.org.br) e o familiar precisa ser associado para ter acesso às informações. Servidores do Itamaraty também podem acessar a plataforma, gratuitamente, após preencher um formulário de registro. O fórum também possui tópicos em inglês, já que muitos cônjuges de servidores são estrangeiros, e comunicados e notícias de entidades que podem ter interesse para o servidor, como a ADB.

Embaixador Rubens Ricupero homenageia o colega João Hermes

Com a morte do embaixador João Hermes Pereira de Araújo desaparece o último representante de uma tradição viva de diplomacia brasileira no Rio da Prata, que remontava em linha direta aos grandes diplomatas e estadistas da monarquia. Não que ele fosse anacrônico em qualquer sentido da palavra. A ele e a seu antecessor na chefia do Departamento das Américas do Itamaraty, Embaixador Expedito de Freitas Rezende, se deve a formulação e paciente montagem do arcabouço político-jurídico que possibilitaria a construção e operação da Usina Bilateral de Itaipu com o Paraguai.

Coube-lhe também, posteriormente, o mérito principal de ser o artífice da solução definitiva do prolongado e complexo contencioso que opôs o Brasil à Argentina na questão dos aproveitamentos hidrelétricos dos rios internacionais de curso sucessivo na Bacia do Prata. Nada mais moderno que a criação de um mecanismo que já funciona há mais de três décadas e constitui peça insubstituível da matriz energética limpa e renovável do Brasil.

Uma das qualidades que justamente honrava João é que, embora imerso até a raiz dos cabelos na tradição histórico-cultural da diplomacia brasileira na região, ele jamais partilhou o fundo de desconfiança ou mesmo de animosidade em relação à Argentina, que sempre caracterizou os adeptos do Partido Conservador no Império. João Hermes era a encarnação mesma do equilíbrio, do sentido da medida e da proporção, da moderação, do predomínio da razão jurídica sobre as paixões políticas e os ressentimentos históricos.

Divulgação / ADB

Diplomacia eclesiástica

Havia nele, além do lado platino, muito do diplomata treinado na Cúria romana, a outra de suas especialidades. Ele havia servido longos anos no Vaticano, conhecia como ninguém os meandros da antiga diplomacia da Igreja e adquiriu até certo ar cardinalício na maneira de ser e de falar. Penso que jamais partilhou o fundo de desconfiança anti-argentina de muitos dos diplomatas brasileiros do passado justamente porque a experiência da diplomacia eclesiástica ensinou-lhe as virtudes da paciência, da benignidade, do realismo de longo prazo. Imprimiu-lhe, acima de tudo, qualidade na qual creio que ninguém o igualou: a extraordinária prudência, não no mau sentido da vacilação, da insegurança, mas como atributo que lhe permitia analisar e antecipar todas as possíveis implicações negativas de cada palavra, de cada gesto.

Não resisto narrar aqui pequena anedota da qual sou hoje o único dos protagonistas vivos e que ilustra o que quero dizer. Estávamos em 1978, último ano do governo do presidente general Ernesto Geisel e João Hermes, então Chefe do Departamento das Américas, era o principal, na verdade quase único assessor com conhecimento jurídico e vivência pessoal do problema que auxiliava o Ministro Azeredo da Silveira na negociação para tentar

compatibilizar as condições de operacionalidade da usina de Itaipu, já em avançado estágio de construção e o projeto da usina de *Corpus Christi*, na divisa paraguaio-argentina, quilômetros abaixo.

O essencial das tratativas se desenrolou no Itamaraty de Brasília e o negociador argentino foi o embaixador Oscar Camilión, falecido também neste ano, no mês de fevereiro, um dos mais brilhantes analistas de política externa, antigo redator-chefe de El Clarín e futuro ministro das Relações Exteriores e da Defesa da Argentina. Camilión era meu velho amigo, dos tempos em que servi como secretário na embaixada em Buenos Aires e havíamos conservado estreita ligação ao longo dos anos.

Sentia-se às vezes um tanto desamparado por ter de lidar com Silveira, que não era propriamente um adepto da difícil arte do diálogo e tendia em certas ocasiões a monopolizar a conversa com suas opiniões categóricas. Em mais de uma ocasião, após renovada frustração com o chanceler, Camilión me procurava para se queixar: "*Que debo hacer, Rubens, mi gobierno me encarga de presentar una nueva propuesta y tengo en Itamaraty dos interlocutores, uno, Silveira, quien solo habla y no escucha, el outro, João Hermes, quien solo escucha y no habla. Que debo reportar a mi gobierno?!*" Pondo de lado o humor da situação, a verdade é que, devido à questão das duas turbinas adicionais suscitada na última hora pelo Brasil e o Paraguai, a negociação não conseguiu chegar a bom termo no governo Geisel, que terminou em março de 1979.

Expertise em negociação

Modelo de modéstia, de auto apagamento (outra qualidade religiosa), nunca lhe deram o merecido realce na remoção do último grande obstáculo que entorpecia a cooperação com a Argentina. Esse relacionamento começaria a florescer em duas áreas fundamentais, a da integração que levaria no devido tempo ao Mercosul e a da construção da confiança em matéria nuclear, a partir de Sarney-Alfonsín, justamente quando João Hermes era o embaixador do Brasil em Buenos Aires.

Divulgação / Promon Engenharia

Embaixador João Hermes desempenhou, nos anos 1970, papel fundamental nas negociações com o governo argentino para o aproveitamento hidrelétrico na Bacia do Prata

João Hermes permaneceu como assessor do Ministro Saraiva Guerreiro e em cerca de seis meses, o impasse que durara anos seria resolvido em outubro com a assinatura do Acordo de Compatibilização entre Itaipu e Corpus, solução definitiva que já desafiou o teste de mais de 35 anos de duração. Aliás, uma nota curiosa de pé de página é que Corpus jamais sairia do papel... É claro que o ministro deu a orientação geral, mas a negociação passo a passo foi conduzida pela mão firme de João, como posso atestar pois trabalhei a seu lado uma ou outra vez o substituí nessa época.

Vale, assim, a pena realçar seu papel crucial num dos exemplos mais indiscutíveis, na história diplomática das Américas, da solução de um grave conflito exclusivamente por meio da negociação e do espírito de compromisso. Em comparação com o abuso propagandístico recente de falsos "êxitos" diplomáticos

que não passam de operações de *public relations* destinadas a uma vida fugaz, penso que essas realizações palpáveis e duráveis constituem o que de mais próximo existe na diplomacia brasileira contemporânea das grandes contribuições de Rio Branco no começo do século 20.

Em registro diferente, vale assinalar que, sendo um dos maiores eruditos que passaram pelo Itamaraty, conhecendo como ninguém a história diplomática do Brasil nos menores detalhes, era personalidade de modéstia a toda prova. João Hermes era um gentleman e, fora da carreira, um colecionador exímio desde os 14 anos de idade, como seu tio, o embaixador Fonseca Hermes. Pertencia ao grupo seleto, de três ou quatro pessoas, que eram os maiores conhecedores, em nível de perícia judiciária, da arte brasileira do passado, sobretudo de esculturas, pinturas, mobiliário e prataria da Colônia e do século 19.

Na segunda metade dos anos 1960, organizou quase sozinho no Museu de Arte Decorativo de Buenos Aires (Palácio Errázuriz), uma exposição notável que ficou durante semanas a fio em primeiro lugar entre as mais visitadas na Capital argentina: *El arte luso-brasileño en el Río de la Plata*, com móveis, esculturas, pratas e quadros quase todos de velhos conventos e residências argentinas. Uma só peça proveio do Brasil, do Itamaraty, a "Divina pastora". João Hermes mostrou assim como era intenso, já na colônia mais remota, o relacionamento cultural entre o Brasil e o Vice-reinado. Boa parte das imagens religiosas argentinas, inclusive as duas mais célebres, o "Cristo da Catedral de Buenos Aires" e a "Virgen de Luján", padroeira da Argentina, haviam sido realizadas por artesãos portugueses ou brasileiros, alguns até de origem cristã-nova.

Divulgação / Wikimedia Commons

Palácio Errázuriz recepcionou exposição sobre arte luso-brasileira, organizada pelo Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, na segunda metade dos anos 60

Tributo ao casal

Maria Amélia, companheira de João Hermes, falecida anos antes do marido, deixou a todos que a conhecemos a recordação de uma pessoa que aliava a doçura, a fidalguia de gosto, a generosidade de espírito à fortaleza de caráter, a uma personalidade harmoniosa, transbordando de energia e inteligência.

Formavam, juntos, um casal que encarnava o melhor do Brasil nos seus valores autênticos de retidão, cultura, equilíbrio, graça, espírito e beleza. Fique aqui, neste breve artigo, o preito de comovida amizade e irremediável saudade dos muitos que devem a Maria Amélia e a João Hermes um tributo de gratidão pelo privilégio de havê-los conhecido e admirado.

Obituário

Filho de Válter Pereira de Araújo e de Maria da Glória da Fonseca Hermes Pereira de Araújo, o Embaixador João Hermes Pereira de Araujo (30 de março de 1926 – 25 de junho de 2016) faleceu aos 90 anos, no Rio de Janeiro, cidade onde nasceu. Seu tio-avô materno, marechal Hermes da Fonseca, foi presidente da República entre 1910 e 1914. Foi casado com Maria Amélia Fonseca Costa Pereira de Araújo, com quem teve cinco filhos.

• **Embaixador Rubens Ricupero.**

DIMENSÕES DO PODER: HISTÓRIA, POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Marçal de Menezes Paredes et al (orgs.)

Porto Alegre: EdiPUC/RS, 2015, 191 páginas; ISBN: 978-85-397-0714-0.

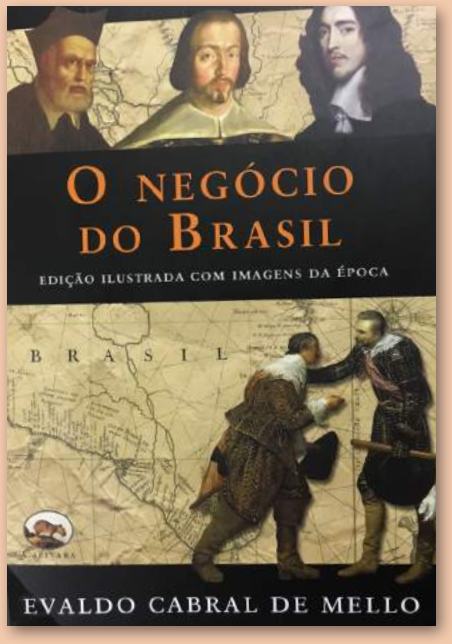
Dois diplomatas numa obra que decorre de um seminário realizado na PUC/RS: Luís Cláudio Villafañe G. Santos, com A questão do Acre nas caricaturas dos jornais cariocas (1903-1904), autoexplicativo pelo seu título; Paulo Roberto de Almeida, com o texto Padrões e tendências das relações internacionais do Brasil em perspectiva histórica: uma síntese tentativa, sobre a longa evolução da política externa brasileira, do Império aos "companheiros".

Depois de seguir as grandes linhas das relações internacionais do Brasil ao longo dos séculos 19 e 20, o ensaio faz considerações mais detalhadas sobre as características da política externa no período recente, em especial as diplomacias de FHC e Lula. Conclui pela necessidade de reformas estruturais e de uma clara opção pela inserção na globalização.

O NEGÓCIO DO BRASIL: PORTUGAL, OS PAÍSES BAIXOS E O NORDESTE, 1641-1669

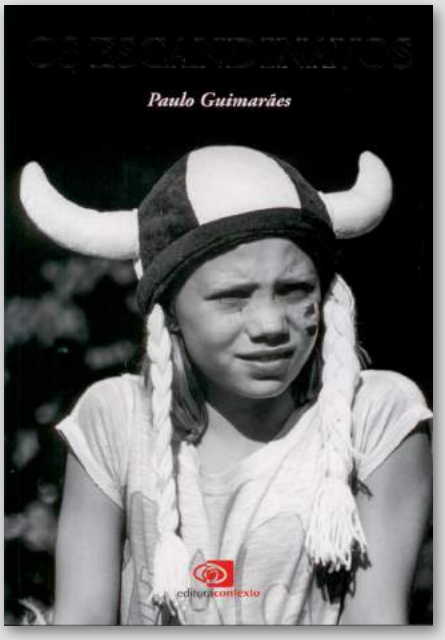
Evaldo Cabral de Mello

Edição ilustrada com imagens da época; Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2015, 272 páginas; ISBN: 978-85-89063-53-1.



Quarta edição deste clássico, revisto e ilustrado, agora homenageando José Guilherme Merquior. Ainda traz no frontispício a frase do negociador português, Francisco de Sousa Coutinho, que confessava seu "talento incapaz para negócio tão grande", que era a devolução do Nordeste ocupado pelos holandeses da Companhia das Índias aos antigos donos.

A primeira edição do livro se situava entre duas outras obras de uma trilogia do autor, Olinda restaurada e rubro veio, abordando aqui o contexto internacional e as negociações diplomáticas que permitiram por fim ao primeiro conflito internacional do "Brasil". Em todos os seus livros, os temas centrais são a produção de açúcar, o tráfico de escravos e o comércio em geral, ademais da questão das mentalidades. Nesse aqui, a visão diplomática global foi fundamental.



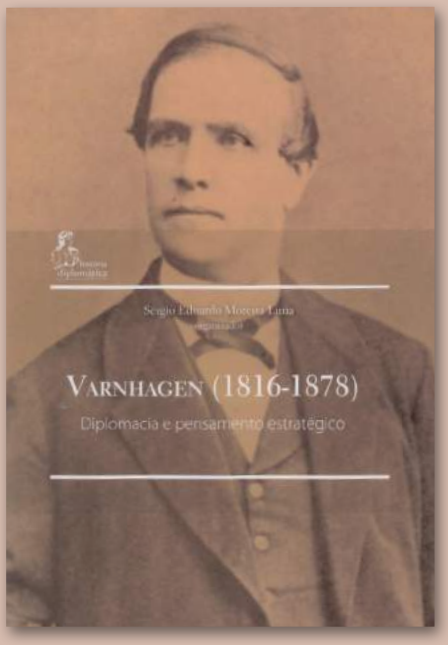
OS ESCANDINAVOS

Paulo Guimarães

São Paulo: Contexto, 2016, 240 páginas; ISBN: 978-85-7244-968-07.

Depois do livro do embaixador Sérgio Florencio sobre Os mexicanos, mais um diplomata integra esta coleção que já tratou de treze outros povos, além de uma obra dedicada não a um povo específico, mas ao mundo muçulmano.

O autor, até por osmose matrimonial e por ter estudado e servido diversas vezes na região, conhece profundamente os nórdicos: sua história (a herança viking), suas características (pouco conhecidas no Brasil), desmente os mitos acumulados em torno deles e trata de questões relevantes para justamente explicar quem são, como se tornaram prósperos (não por um suposto milagre, ou graças a um estado grande, que veio depois, mas a prioridade à educação), sem esquecer as relações com o Brasil (não, o modelo escandinavo não pode ser exportado para o Brasil; talvez só os impostos).



VARNHAGEN (1816-1878): DIPLOMACIA E PENSAMENTO ESTRATÉGICO

Sérgio Eduardo Moreira Lima (org.)

Brasília: Funag, 2016, 260 páginas; ISBN: 978-85-7631-613-8.

O historiador do Segundo Império, patrono da historiografia nacional, nascido em Sorocaba, criado em Portugal e naturalizado pelo imperador, de quem tornou-se amigo, completaria 200 anos em fevereiro de 2016.

Um seminário comemorou a efeméride com textos variados sobre o patriota que "descobriu" Brasília (segundo Carlos Henrique Cardim), que propôs um plano completo para "civilizar" o Brasil (Paulo Roberto de Almeida), que participou da definição do espaço brasileiro (Synesio Sampaio Goes) e que pode ser visto de "dentro" e de "fora" (Luiz Felipe de Seixas Corrêa), como foi feito justamente por Luís Cláudio Villafañe G. Santos (que tratou da América do Sul). O presidente do IHGB, Arno Wehling, especialista no colega de profissão, recuperador do seu Memorial Orgânico, inaugura esta obra.

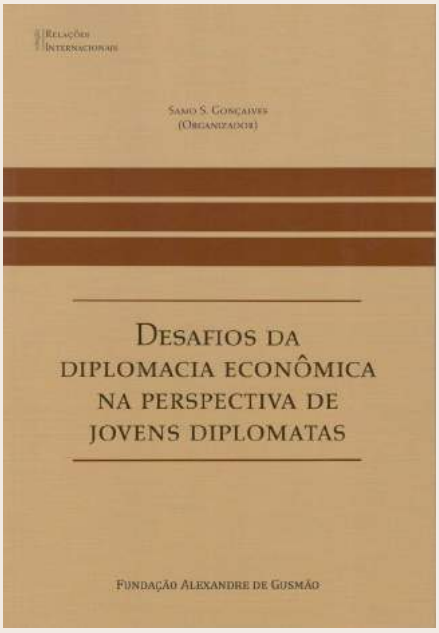
2003-2013: UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA

Maringoni, Gilberto et alii (orgs.)

Tubarão: Editora Copiart, 2014, 256 p.; ISBN: 978-85-8388-023-3.

Diversos diplomatas – com destaque para o então primeiro chanceler da terceira administração lulopetista, Antonio Patriota – participam deste volume, que reproduz palestras e debates realizados em 2013, na Universidade Federal do ABC, para a maior glória da política externa ativa e altiva das administrações petistas.

O ex-chanceler afirmou que a diplomacia de Lula identificou a América do Sul como espaço privilegiado de atuação do Brasil, o que, ipso facto, elimina o que já havia sido feito nas duas gestões de FHC. Para ele, a gestão seguinte à de Lula seria de consolidação, aprofundamento e ampliação. "Obviamente não há ruptura em relação ao período anterior" (p. 21). A Unasul também seria um espaço de defesa de valores, como a democracia (sic). Um volume inteiramente *pro domo* sua... (que já era).



DESAFIOS DA DIPLOMACIA ECONÔMICA NA PERSPECTIVA DE JOVENS DIPLOMATAS

Samo S. Gonçalves (org.)

Brasília: Funag, 2016, 385 p.; Coleção Relações Internacionais; ISBN: 978 -85 -7631 -586-5.

Grande iniciativa a de Samo Gonçalves, que assinou um excelente Manual de economia para candidatos à carreira, com o economista Renato Baumann. Oito jovens diplomatas, e três menos jovens, participam deste livro, que reúne trabalhos de três departamentos do Itamaraty: o de assuntos financeiros e de serviços (George Marques, sobre cadeias globais de valor; Bruno Leite, sobre finanças internacionais; Celeste Badaró, sobre o Brasil como credor; Leonardo Rebelo, sobre serviços; Samo, sobre o Novo Banco de Desenvolvimento; e Pedro Cavalcante, sobre investimentos), o econômico (Mayara Santos, sobre propriedade intelectual; Leandro Araújo, sobre facilitação de comércio), e o de negociações internacionais (Eduardo Moretti, sobre os acordos preferenciais de comércio). Jovens mas já grandes negociadores ...

• **Ministro Paulo Roberto de Almeida**

Como são escolhidos e o que fazem os cônsules honorários

> Quero promover o Brasil para além do samba e do futebol

Quando há necessidade de se procurar um consulado, é comum que as pessoas não saibam a diferença entre uma repartição consular e uma repartição consular honorária. Diferentemente dos consulados chefiados por brasileiros concursados, que integram o Serviço Exterior Brasileiro, as repartições consulares honorárias dependem de uma escolha discricionária para um "mandato" de quatro anos, que pode ser renovado. Os postos tendem a optar por estrangeiros com vínculos com o Brasil e, sobretudo, com a comunidade brasileira local, que dominam pelo menos o básico do português ou que tenham facilidade de acesso a intérpretes.

Entre as funções do consulado honorário, estão as de defender e assistir aos membros da comunidade brasileira naquela jurisdição, em coordenação com a embaixada ou com o consulado a que se subordinam. Os cônsules honorários podem visitar cidadãos brasileiros em centros de detenção; apoiar a organização, divulgação e realização de consulados itinerantes; organizar encontros e festas entre a comunidade brasileira local; e fomentar as relações comerciais, econômicas, educacionais e científicas do Brasil.

O colombiano Jorge Alberto Zuluaga Villegas foi escolhido, em 2013, cônsul honorário do Brasil para Santander, Arauca e Casanare. Ele conta que foi "amor à primeira vista" com o Brasil. "Há 35 anos, conheci a música e a literatura brasileiras e me amarrei. Com o tempo, tive a possibilidade de visitar o Brasil e descobri seu maior valor, o povo". Zuluaga explica que as principais linhas de ação em sua região concentram-se na divulgação de programas de cooperação educativa e apoio a causas sociais e culturais. Segundo ele, os colombianos gostam muito do Brasil e dos brasileiros, o que abre muitas portas na hora de apresentar uma iniciativa. "Em três anos de trabalho, visitei muitos lugares buscando espalhar uma 'brasilmania'".

Entre as atividades desenvolvidas pelo consulado honorário, cita um concurso de contos da Universidade Santo Tomas para divulgar a língua portuguesa, apoio a estudantes colombianos com interesse em intercâmbios no Brasil e programar encontros entre a comunidade brasileira. "Tenho a maior honra de levar o Brasil a cada cantinho desta parte da Colômbia. Quero que as pessoas conheçam o Brasil para além do futebol e da música brasileira".

Divulgação / ADB

O colombiano Jorge Alberto Zuluaga, cônsul honorário para Santander, Arauca e Casanare

Ele relata que há uma boa valorização de estudantes colombianos no Brasil. Nós últimos três anos, considerando somente a região sob a jurisdição de seu consulado honorário, foram enviados a universidades brasileiras, por meio de contatos diretos e de convênios, 26 estudantes para programas de doutorado, 115 de mestrado e 34 para estágios. "Meu maior desejo é aumentar esse número, principalmente no sentido de trazer brasileiros às universidades colombianas".

Subordinação à embaixada

Anualmente, os postos encaminham avaliação de desempenho dos cônsules honorários, bem como considerações a respeito da conveniência ou não de que sejam mantidos ou substituídos e até mesmo encerradas as atividades de alguma das repartições consulares honorárias.

Zuluaga afirma que uma boa interação entre o consulado honorário e a embaixada são fundamentais para a realização de um trabalho bem sucedido. "O apoio da embaixada em Bogotá é fantástico. Recebi uma coleção de livros brasileiros e consegui conhecer muito melhor o trabalho dedicado do Itamaraty. Com os vídeos *Relações internacionais em pauta* (Ipri/Funag/MRE), posso conhecer e levar aos colombianos não só o pensamento, mas também a vida de tantos diplomatas brasileiros que tem trabalhado pelo país".

A possibilidade de estabelecer repartições consulares honorárias foi instituída pela Convenção de Viena de Relações Consulares de 1963. As repartições consulares honorárias brasileiras vêm sendo criadas conforme demandas avaliadas pelas embaixadas e pelos consulados nas regiões que fazem parte de suas jurisdições, considerando o quantitativo e o afluxo da comunidade brasileira nessas cidades, assim como a distância entre as repartições com os serviços consulares.

Divulgação / ADB

Estudantes colombianos participam de intercâmbios com universidades brasileiras, em visitas intermediadas pelo consulado-honorário

Correspondência do Embaixador Carlos Celso de Ouro Preto

. Em julho de 1946, sobre o trucidamento do ditador boliviano Gualberto Villaroel: “Alguns periódicos chegaram a publicar, com evidente exagero, que ‘los índios enfurecidos’ haviam decepado um dos pés de Villaroel e o tinham devorado, entre gritos de entusiasmo, com unhas, calos e tudo. Não se sabe se o ditador freqüentava pedícuros”.

. Em julho de 1946, ao comentar acontecimentos na Bolívia: “Não tenho e não tive o mais remoto propósito de invadir as atribuições da nossa embaixada em La Paz, de esmagar os canteiros ou pisar as platibandas do ilustre colega [...] Embaixador Renato Lago”.

. Em agosto de 1946, finalizando ofício em que relata algumas descortesias do governo do Chile e suas reclamações ao chanceler chileno: “Há duas espécies de diplomacia: uma feita só de sorrisos, salamaleques, humilhações e capitulações para não perder a “situação”, o posto ou a condecoração; e a outra, a que não admite desaires, nem desprimores e que exige para o Brasil o respeito que lhe é devido, protestando sempre que se torne necessário. Pertenço à segunda: sou dos que estrilam”.

. Em setembro de 1946, sobre a vitória de Gabriel González Videla nas eleições chilenas: “O clero, ladino e astuto como sempre, não vacilou em dar sua adesão plenária e ecumênica ao vencedor: o cardeal Caro, todo trêmulo e desdentado, correu pressuroso à residência de Gabriel González Videla, abençoando apostolicamente um casal que, ao que dizem, não é casado perante a Igreja, e duas meninas bonitas e simpáticas, que nunca foram batizadas, ao que consta nos meios ultramontanos e ultraclericais, que assim se mostram mais realistas do que o rei”.

. Sobre o Partido Radical: “Há mais de dez anos os radicais vem digerindo voluptuosamente, sibaritica-mente, o banquete orçamentário e governamental”.

. No mesmo ano, descreve e comenta a chegada de Zhukov, novo embaixador da União Soviética, a Santiago: “O Partido Comunista chileno preparou [...] um programa de estrondo: caravana de automóveis proletários para acompanhar a limusine do diplomata russo, desfile, marche aux flambeaux [...] discursos e vivórios. Nada faltou. Nem os carros alegóricos balançando imensas cabeças de Lenin e de Stalin, nem o álcool que faz balançar as multidões.” A seguir, comenta a atitude do representante da Checoslováquia, senhor Havlassa, que “faz praça de sentimentos comunistas. Sua Senhora, uma espécie de fantasma desbotado e também exangue também é comunista, além de vegetariana e alpinista”.

. Em agosto de 47, após visita ao presidente da República, Gabriel González Videla: “Em caso de rebentar um conflito armado em nosso continente, o sistema de consulta será inoperante, dada a rapidez das atuais operações bélicas. A consulta, na hipótese da invasão de um país fraco por um país forte, ficará reduzida à concessão do atestado de óbito da vítima, mencionando-se talvez a causa-mortis, e promovendo-se medidas coletivas para os funerais.” E mais adiante: “A consulta, com suas inevitáveis delongas, equivaleria à convocação de uma junta médica para administrar remédios a um cadáver”.

Fonte **Os bastidores da diplomacia: o bife de zinco e outras histórias, do Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro.**

ASSÉDIO NO TRABALHO É CRIME

ADB alerta sobre condutas impróprias no local de trabalho que podem ser classificadas como assédio moral ou sexual. Fique atento!

- Elogios por razões não associadas ao trabalho, que causam incômodos.
- Comentários que lhe diminuem como profissional por você ser mulher.
- Tratamentos com condescendência, supondo fragilidade ou inteligência menor do que a de seus pares.
- Gritos ou palavras que causem humilhação diante de outros funcionários.
- Colocar a mão no seu corpo sem que você dê liberdade.
- Fazer propostas sexuais não solicitadas.

VAMOS PREVENIR, COMBATER E DENUNCIAR O ASSÉDIO!

DIRETORIA DA ADB

Presidente: Embaixadora Vitoria Alice Cleaver

Vice - Presidente: Embaixador Ronaldo Costa Filho

Diretor Administrativo: Ministro Felipe Costi Santarosa

Diretor de Relações Públicas e Estudos: Ministro Alexandre Parola

Diretor Parlamentar: Secretário Henrique Choer Moraes

Diretora de Comunicação: Secretária Marcela Campos de Almeida

Diretor Jurídico: Secretário Leandro Rocha de Araujo

Diretora Financeira: Secretária Helena Massote de Moura e Sousa

CONSELHO FISCAL

Secretário Carlos Augusto Rollemberg de Resende

Secretário André João Rypl

Secretário Gustavo Fortuna de Azevedo Freire da Costa

SECRETARIADO

Térsio Arcúrio – Gerente administrativo

Jacqueline Francisca da Cruz – Assistente administrativa

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS (ADB)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329–A,
CEP: 70170–900
Brasília – Brasil
Telefones: (61) 2030-6950 / 3224-8022
Fax: (61) 3322-0504
E–mail: secretaria@adb.org.br
Site: www.adb.org.br